

ALDEIA RUSSA, DE LASAR SEGALL, ACERVO DO MNBA/RJ

Quinhentos anos de Brasil: afinal, descobrimento ou conquista?

José Murilo de Carvalho, um dos principais historiadores brasileiros em atividade, revisita a formação do Brasil e critica a forma como estão sendo preparadas as comemorações dos 500 anos: "Não se sustenta nos fatos a interpretação de que a colonização portuguesa tenha sido mais tolerante que a espanhola. Também aqui a violência foi grande. Em termos proporcionais, o genocídio das populações indígenas foi equivalente."

páginas 10 a 14

ARTIGO

O Valor Aduaneiro como problema econômico e oportunidade para o economista, por Fernando M. R. Bittencourt

ARTIGO

A indústria da água dá lucro, por Sandra Helena Bondarovsky

ARTIGO

Dívida pública em 1999: um ponto de inflexão?, por Ana Cláudia Além e Fábio Giambiagi

**ATENÇÃO:
RECESSO
NO CORECON-RJ**

Pág. 20

JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bomfim (MT 11916) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca – Telefax (21) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica – Tel (21) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON – CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20054-900 – Tel: (21) 232-8178 – Fax: (21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Presidente:** Eduardo Mendes Callado • **Vice-Presidente:** Reinaldo Gonçalves • **Conselheiros Efetivos:** Ronaldo Raemy Rangel, Eduardo Callado, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar Monteiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira, João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Suplentes:** Nelson Chalfun Homsy, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares, Luiz Mário Behnken, Enilce Leite Mello

SINDECON – SINDICATO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua Treze de Maio, 23 – Grupo 1607 / 1608 / 1609 – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20031-000 – Tel: (21) 262-2535 – Fax: (21) 533-7891 – E-mail: sindecon@sindecon.org.br – Home page: <http://www.economistas.com.br>

IERJ – INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20054-900 – Tels: (21) 224-0578 e 509-1077 – Fax: (21) 221-0958 – E-mail: ierj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

O JE retoma a proposta de realizar, em cada edição, uma entrevista de fôlego com um intelectual – economista ou não – capaz de iluminar aspectos importantes da realidade brasileira. O historiador José Murilo de Carvalho foi o nome agora escolhido. Aproximam-se os 500 anos do Brasil, com seus festejos oficiais planejados. Festejar é legítimo, mas refletir é ainda mais necessário.

Uma primeira pergunta se impõe desde logo: descobrimento ou conquista? As palavras não são inocentes, como tampouco é inocente a forma que escolhemos para revisitar o passado. Estão em jogo, sempre, o presente e o futuro. Por isso, José Murilo investe sem hesitar contra “as tradições superadas e as versões falsas de nossa história”, que estão sendo reforçadas no momento atual. No início de sua fala, lembra que, na origem, a miscigenação das raças no Brasil, da qual tanto nos orgulhamos, não se desassociou do genocídio das populações indígenas e da escravização de 4 milhões de africanos. E termina com um desafio às comemorações dos 500 anos: “Por que

não apresentar nosso passado com realismo crítico e, ao mesmo tempo, promover atividades que apontem no sentido de corrigi-lo, tendo em vista construir um futuro diferente?”

Nada mais atual. O último número do JE, por exemplo, publicou resultados de uma pesquisa recente, realizada pelo Dieese, que aponta a chocante assimetria de rendimentos e de condições de trabalho entre brasileiros (e brasileiras), conforme a cor de sua pele. Mais de um século depois da Abolição, portanto, a segregação permanece.

Junto com ela, outros traços do passado colonial e escravista continuam marcando decisivamente o nosso presente. José Murilo se refere a um deles: “No Brasil, a preocupação com a educação das camadas populares praticamente desapareceu em 1759, quando os jesuítas foram expulsos. (...) Numa sociedade escravista, educação popular era uma idéia que não fazia sentido. Como dizia Joaquim Nabuco, escola e senzala são incompatíveis.” De lá para cá, é claro que a situação se alterou para melhor. Mas, qualquer observador atento percebe que o Brasil terminará o

século XX sem ter resolvido a questão decisiva da revolução educacional realizada há bem mais de cem anos nos países hoje desenvolvidos: educação básica, de mesma qualidade, para todos. Nossas milhões de crianças sem escola e a crescente deterioração da qualidade da rede pública mostram nosso descompasso com a História. E o que é mais trágico: não podemos alegar, a nosso favor, que sejamos incapazes de gerar os recursos necessários para resolver o problema. Uma das maiores economias do mundo, com renda per capita relativamente elevada, tem todas as condições para investir o suficiente na transmissão de saberes e de cultura, atividade que, afinal, continua a basear-se na interação de pessoas humanas. Quem sabe o problema não se perpetua justamente porque não rompemos, de fato, com padrões sociais e ideológicos herdados do nosso passado?

Portanto, para entender a perpetuação de problemas assim, que são os decisivos, os economistas precisam, mais do que nunca, ouvir historiadores e outros profissionais – pois nem sempre na economia está o x da questão.

CAPA/ARTE

Lasar Segall nasceu em 1891 em Vilna, capital da Lituânia, que na época estava sob a dominação da Rússia. A maioria da população de Vilna era composta de judeus, obrigados pelos russos a viver em guetos. Em diversas ocasiões, soldados russos promoveram massacres, chamados pogrons, contra eles. A família de Segall, ortodoxa, enfrentou as dificuldades do domínio russo. Em 1937, ele pintou o quadro Pogrom. O sofrimento judeu é um tema importante em sua obra. Aos quinze anos, Segall deixou Vilna e foi estudar na Academia de Belas-Artes de Berlim. Em 1913, ajudado por sua irmã Luba, que morava no Brasil, o artista montou exposições em São Paulo e Campinas. Mudou-se definitivamente para o Brasil em 1923. Aqui, conheceu os artistas da Semana de Arte Moderna de 1922, transformando-se mais tarde num dos grandes nomes do nosso Modernismo. Segall se impressionou com a paisagem brasileira. Quando chegou, passou a acentuar as cores de seus quadros. Pintou personagens sofridos, como prostitutas e pobres, e valorizou a figura do trabalhador. Morreu em 2 de agosto de 1957, por problemas cardíacos.

Na capa, reproduzimos a obra *Aldeia Russa*, litografia com área impressa de 37 x 31 cm, graças ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes, para publicações e gravuras do seu acervo e de artistas representativos. Foto: João Diaz.

ARTIGO

por Fernando M. R. Bittencourt

O Valor Aduaneiro como problema econômico e oportunidade para o economista

O Acordo sobre Implementação do Artigo VII do GATT 1994 (mais conhecido como Acordo sobre o Valor Aduaneiro)¹ e sua efetiva implantação pela Receita Federal a partir do ano de 1998² trouxeram, sobre a economia e o comércio exterior, impactos que até agora passaram em grande parte despercebidos para os que não militam diariamente na área alfandegária. Além disso, abriram novas e significativas oportunidades de trabalho para o economista, pois a profunda alteração nas regras de cálculo das tarifas aduaneiras torna mais complexa e polêmica a tarefa de fixar o preço de uma operação de comércio exterior para efeito de tributação.

A tributação sobre o comércio internacional baseia-se quase universalmente na imposição de uma alíquota *ad valorem* sobre o preço da mercadoria importada ou exportada. Portanto, este preço-base de cálculo define, em grande medida, o grau de proteção que uma certa alíquota (por extensão, uma certa política comercial) pode conferir à economia, bem como determina o volume de arrecadação tributária que pode resultar das tarifas fixadas. A sistemática vigente antes do Acordo sobre o Valor Aduaneiro permitia que cada país fixasse o conjunto de preços-base que entendesse adequado para cada leque de produtos (ou seja, a "pauta de valor" de seu comércio externo), pois a ele cabia determinar um valor "ideal" da transação tributada, em condições teóricas ideais de mercado. Tal liberdade dava ampla margem para que cada país utilizasse as pautas como poderoso instrumento protecionista (inclusive porque estas não estavam sujeitas às rígidas metas de redução fixadas para as alíquotas nas sucessivas rodadas de negociação do GATT) e permitia que o preço, para efeitos tarifários, fosse fixado para todas as transações com uma dada mercadoria, independentemen-

te do preço pelo qual cada compra ou venda individual fosse realmente concretizada. Pelo Acordo sobre o Valor Aduaneiro,³ a base de cálculo da alíquota passa a ser o Valor Aduaneiro. Este conceito é apurado partindo-se essencialmente do "preço pago ou por pagar" em cada transação particular, ou seja, o valor que foi efetivamente pago ou que o importador comprometeu-se formalmente a pagar (art. 1). Este valor deve receber, em qualquer caso, alguns ajustes definidos no art. 8, que acrescentam ao preço os valores pagos a título de embalagem, transportes, fornecimentos gratuitos e *royalties* vinculados à transação. Embora o preço pago ou por pagar seja a definição por excelência de Valor Aduaneiro, ele pode ser descartado em algumas circunstâncias: se, na transação, existirem restrições que afetem o valor da mercadoria; se, no negócio, existirem condições cujo valor não se possa determinar em relação às mercadorias sob avaliação; se parte do produto de uma revenda ou usos posteriores reverterem ao vendedor (o que altera a contraprestação efetivamente recebida por este e exige ajustes na base de cálculo do valor); finalmente, se existe vinculação entre comprador e vendedor (sendo comprador e vendedor relacionados entre si, cabe à alfândega determinar justificadamente se a vinculação influenciou no preço da transação, o que desqualificaria o critério do preço pago ou por pagar no caso em exame).

Se, em um determinado caso, o preço pago ou por pagar for descartado como critério, o Valor Aduaneiro será calculado segundo os critérios dos artigos 2, 3, 5, 6 e 7 do Acordo (aplicados necessariamente nessa ordem).⁴ Então, o Valor Aduaneiro será medido pelo valor de transação de mercadorias idênticas àquelas e que forem objeto de valoração em operações comerciais entre os mesmos países importador e exportador.

Não sendo possível apurá-lo, recorre-se ao valor de transação com mercadorias similares. Se esse procedimento ainda não resolver a questão, deve a Aduana determinar o valor a partir do preço de mercado, no país importador, de mercadorias importadas idênticas, deduzidos os custos de transporte, seguros, tarifas aduaneiras e impostos indiretos que sobre elas recaem. No caso de ainda não ser possível apurar assim o valor, este se baseará no chamado "valor reconstruído" (a soma dos custos de produção e de uma taxa média de lucro imputada, medidos no país exportador). Finalmente, se todos os critérios anteriores falharem, o art. 7 define que o Valor Aduaneiro deve ser calculado segundo "critérios razoáveis, compatíveis com os princípios e disposições gerais" do Acordo sobre o Valor Aduaneiro e do GATT. Embora deixando ampla margem à ação discricionária da Alfândega, o uso deste último critério impõe limites à forma de se chegar à valoração por esta via: o valor calculado não pode ser obtido, por exemplo, a partir do preço de venda no mercado do país importador ou de país exportador, nem a partir de transações envolvendo outros países que não o importador e o exportador. Finalmente, é vedada a utilização de pautas de valores "mínimos", arbitrários ou fictícios. A taxa de câmbio utilizada para o cálculo do Valor Aduaneiro poderá constar de tabelas publicadas por cada administração aduaneira, mas deverá refletir com a maior exatidão possível os valores correntes no mercado de câmbio.

Em resumo, a definição do Valor Aduaneiro (por conseguinte, do real efeito tributário da alíquota aplicada) deixa de ser a simples imputação administrativa de um número e se torna uma complexa apuração microeconômica.

Pode-se visualizar a complexidade das questões envolvidas lembran-

do-se que, até outubro de 1998, para solucionar controvérsias e esclarecer pontos duvidosos na aplicação do Valor Aduaneiro, o Comitê de Valoração Aduaneira, organismo internacional encarregado de administrar o Acordo de Valor Aduaneiro (vinculado à OMC e à Organização Mundial de Aduanas) teve de emitir sete decisões, 21 opiniões consultivas, 19 comentários técnicos, seis notas explicativas, dez estudos de caso e dois estudos técnicos. Outro tema, bastante relacionado a este, também tem gerado grande controvérsia nos meios técnico e empresarial, pelas dificuldades práticas envolvidas. Trata-se da aplicação de um conjunto de regras de avaliação de preços (conjunto bem menos extenso e envolvendo um número bem menor de transações individuais que o Valor Aduaneiro), voltadas para apurar os "preços de transferência" entre partes relacionadas, para efeito de tributação sobre empresas multinacionais.⁵

O primeiro efeito prático incide sobre a administração aduaneira, que terá de aparelhar-se e capacitar seu pessoal para realizar milhares dessas avaliações diariamente. Os agentes privados envolvidos com o comércio exterior (grandes importadores e exportadores, *tradings*, despachantes aduaneiros) também terão de dispor de *know-how* suficiente para acompanhar a valoração nas transações de seu interesse. Portanto, no âmbito privado, a discussão técnica sobre o Valor Aduaneiro surgirá no planejamento tributário que os agentes realizam antes de concretizar a importação. Poderá ainda surgir *a posteriori*, se o importador discordar da valoração efetuada pela Alfândega, dando início a um contencioso. O próprio Acordo prevê a concessão obrigatória do direito de recurso administrativo ao importador (art. 11-1), com possibilidade de revisão do recurso por uma autoridade judi-

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Record está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



Falso Amanhecer,
John Gray
De R\$ 25,00 Por R\$ 17,50

- *A Corrosão do Caráter* - Richard Sennet. De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *A Terceira Via* - Anthony Giddens. De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *Aspectos Morais do Crescimento Econômico* - Barrington Moore Jr. - De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *Destruição Não Criadora* - Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada - Maria da Conceição Tavares - De R\$ 25 por R\$ 17,50.
- *O Tributo do Tempo* - Luiz Roberto Nascimento Silva - De R\$ 12,00 por R\$ 8,40.
- *Chairman - O Novo Brasil e as Multinacionais* - Getulio Bittencourt - De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *A Idéia de Decadência na História Ocidental* - Arthur Herman - De 56,00 por R\$ 39,20.
- *Inimigos do Futuro* - Kirkpatrick Sale - De R\$ 30,00 por R\$ 21,00.
- *O Livro Negro do Capitalismo* - Organizado por Gilles Perrault - De R\$ 45,00 por R\$ 31,50.
- *O Mercado Futuro e de Opções* - Octavio Bessada - De R\$ 14,00 por R\$ 9,80.

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ. Horário de funcionamento: segundas, quartas e sextas, das 12h às 18h; terças e quintas, das 11h às 17h. Telefone: (21) 232-8178

ARTIGO

cial (art. 11-2). Ainda que o texto não a previsse explicitamente, a possibilidade de revisão por esta via contenciosa seria obrigatória, pois a valoração aduaneira, considerada como a definição da base de cálculo de um tributo, é atividade administrativa plenamente vinculada (art. 3º do Código Tributário Nacional), na qual a observância estrita da legislação é obrigação de ordem pública e direito subjetivo do contribuinte. A possibilidade de recursos judiciais e administrativos, aliás, é expressamente admitida pela legislação tributária (art. 151 do CTN, art. 38 da Lei 6830/80) e, para revisão judicial, está evidentemente abrangida pela garantia universal prevista no art. 5º inciso XXXVI da Constituição Federal.⁶

Os problemas econômicos são, por excelência, as oportunidades que tem o economista para cumprir sua missão junto à sociedade. Está aberto, pois, o espaço para que esse profis-

sional atue na análise técnica referente ao Valor Aduaneiro, seja no âmbito da administração aduaneira seja a serviço dos agentes privados envolvidos, ou ainda como assessor ou perito convocado pela autoridade judicial. A valoração aduaneira está inserida de forma explícita na área de atuação profissional do economista.⁷ A complexidade e especialização do assunto abrem vasto campo de estudo e assessoramento a ser desenvolvido pelos economistas, como integrantes das instituições envolvidas ou como profissionais liberais prestando seu concurso na solução dos problemas técnicos que a plena adoção do Valor Aduaneiro levanta para o comércio exterior brasileiro.

Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt é economista formado pela FEA/UFRJ, analista de finanças e controle externo do Tribunal de Contas da União/Belo Horizonte/MG e conselheiro do Corecon/MG.

¹ Incorporado à legislação nacional pelo Anexo 1A do Decreto 1355 de 30.12.94.

² Através da Instrução Normativa SRF 16/98, que estabelece as normas e procedimentos para a aplicação do Acordo.

³ Instituto de Estudios Fiscales. *Textos de la OMC sobre el valor em aduana*. Madri, 1998, 2 v. Esta é a fonte utilizada para os textos integrais do Acordo que contém os conceitos aqui apresentados. Para a versão oficial em português, ver o citado Decreto 1355/94.

⁴ Pelo texto do Acordo, pode-se aplicar o art. 6 antes do 5 a pedido do importador. O Brasil ressaltou essa cláusula, exigindo, além do pedido do importador, a concordância da autoridade aduaneira (IN-SRF 16/98, art. 6-II- 'a').

⁵ Ridolfo Neto, Artur. "Legislação sobre preços de transferência". *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 23 jul 199, p. A-3. Os preços de transferência são definidos pelos arts. 18 a 24 da Lei 9430/96.

⁶ Machado, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. São Paulo: Malheiros Ed., 1995. p. 126/127.

⁷ Arts. 2º e 3º do Decreto 31.749/52 e, mais especificamente, art. 2º, incisos II-4, II-7 e III da Resolução Cofecon 860/74.

CD-ROM DOS CONGRESSOS

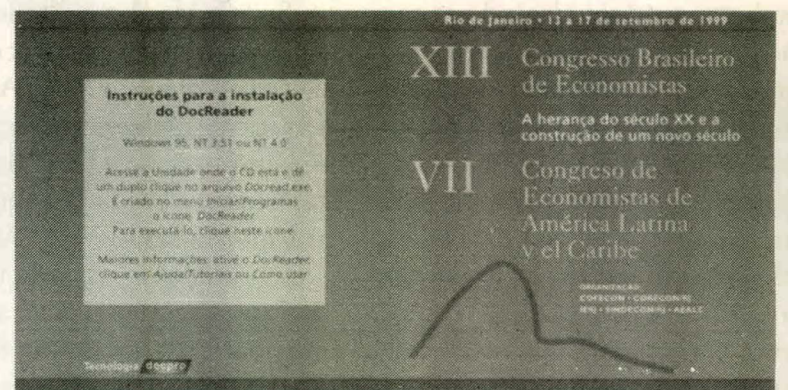
CD-ROM do XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS E do VII CONGRESSO DE ECONOMISTAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Apesar dos esforços da equipe de finalização, a empresa selecionada não conseguiu concluir o CD-Rom dentro do prazo prometido na edição anterior do JE.

Até meados de dezembro estaremos lançando o CD-ROM, com os anais, as palestras e outros eventos ocorridos no Congresso.

Preço: R\$ 7,00 mais despesas de correio (R\$ 1,50).

Maiores informações, ligar para Esther na Biblioteca do Corecon/RJ, de 13:00 às 17:00h. Tel: (21) 232-8178.



Instruções para a instalação do DocReader
Windows 95, NT 3.51 ou NT 4.0
Acessar a Unidade onde o CD está e clicar um duplo clique no arquivo Docread.exe. É criado no menu Iniciar/Programas o ícone DocReader.
Para executá-lo, clique neste ícone.
Maiores informações, acesse o DocReader. Clique em Ajuda/Tutoriais ou Como usar.

ARTIGO

por Sandra Helena Bondarovsky

A indústria da água dá lucro

A constatação de que o serviço público essencial de abastecimento de água pode ser lucrativo ganhou corpo a partir do governo conservador eleito na Grã-Bretanha em 1979, quando a política keynesiana e o papel dos gastos do governo em políticas públicas começaram a ser duramente questionados. Mas, em nível internacional, a discussão sobre a água só começou a ser travada pela economia industrial depois da segunda reeleição consecutiva de Margaret Thatcher, em 1987, quando o governo da primeira-ministra tornou efetiva a sua intenção de privatizar o setor de saneamento.

Essa indústria compreende o abastecimento de água e a coleta e tratamento de águas residuais. A cadeia produtiva inicia-se quando a água é extraída do subsolo ou da superfície (em fontes como rios e reservatórios), tratada (para remover poluentes naturais e sintéticos) e distribuída por rede aos consumidores. Na seqüência, a água usada é coletada em redes e bombeada para estações de tratamento de esgoto. O efluente líquido das estações é tratado antes de ser descarregado no mar ou em rios e estuários. O lodo gerado nas estações de tratamento é removido e pode ser incinerado, disposto em aterro ou usado como fertilizante na agricultura, após a remoção de agentes patogênicos.

O produto vendido nesse mercado, a água, não foi objeto de nenhuma modificação tecnológica significativa e tem utilizações que não apresentam variações ao longo do tempo. As tecnologias de tratamento de água podem ser enquadradas em dois grupos, sem coagulação química e com coagulação química. Dependendo da qualidade da água bruta, ambos os grupos podem ou requerer pré-tratamento ou não.

Quanto aos esgotos, a disposição de esgotos brutos no solo ou em corpos receptores naturais, como lagoas, rios e oceanos, é uma alternativa que foi e ainda é empregada de forma muito intensa. O tratamento biológico de esgotos pode ocorrer naturalmente no solo ou na água, desde que predominem condições apropriadas. Uma estação de tratamento de esgotos é, em essência, um sistema que explora esses mesmos organismos que proliferam no solo e na água. Em cidades grandes, são necessárias modernas estações de tratamento, com sistemas de engenharia bastante complexos, que exigem altos investimentos de capital, dispendiosa operação e manutenção, além de pessoal habilitado.

O mercado desse produto é tipicamente interno. Exige investimentos pesados, irreversíveis e com grande período de maturação. Portanto, tem que ser gerido sob a óptica de longo prazo. Este mercado é organizado sob a forma de monopólios naturais, pois não há viabilidade econômica para mais de uma empresa prestar esse serviço em uma determinada área geográfica. Isto ocorre porque os custos fixos são superiores aos variáveis, não se constituindo, a rigor, um mercado competitivo.

O produto, água tratada, é essencial à vida humana. Portanto os serviços de saneamento são caracterizados como um bem universal, ou seja, um direito de todos os cidadãos. Existe uma clara relação entre os serviços de saneamento básico e os setores de saúde, meio ambiente e recursos hídricos. As ações de saneamento básico causam impactos positivos ou negativos nesses setores.

Pelas características do produto e do mercado, pelo menos neste século, na maioria dos países – inclusive Estados Unidos, Canadá e Japão –, a propriedade e a gestão dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário se constituíram e permaneceram sendo predominantemente públicos. No que se refere à propriedade dos sistemas, o setor privado só predomina na Inglaterra e no País de Gales. Nos demais países da Comunidade Européia, incluindo a Escócia e a Irlanda do Norte, a propriedade é pública. No que se refere à gestão, além da Inglaterra e do País de Gales, o setor privado

tem uma presença forte na França, uma tradição francesa que remonta ao século XIX, que aparece como processo compensatório da grande fragmentação do território. Nesse país, mais de 80% dos volumes de água vendidos são distribuídos por três grupos empresariais muito concentrados e diversificados: General des Eaux, Lyonnaise e Saur, que construíram uma poderosa base doméstica. Além da França, na comunidade européia o setor privado tem uma presença significativa na Espanha, através da Companhia Aguas de Barcelona, em parte pertencente à Lyonnaise.

As empresas francesas e mais as inglesas Thames Water, líder do processo de privatização na Inglaterra, a North West Water e a Anglican Water têm como perspectiva atuar no mercado global, a partir da constatação de que é possível gerar lucros na operação dos sistemas de saneamento, que pode movimentar, segundo estimativas, US\$ 300 bilhões por ano. Para alguns investidores internacionais, depois de telefones, energia elétrica e gás, a água é a próxima fronteira de infra-estrutura para investimentos privados.

Por isso, surgem novos grupos concorrentes, como a americana Eron Corp, com sede em Houston, que tem como principais negócios o gás natural e a eletricidade, com o objetivo de atuar no mercado internacional, especialmente nos países considerados emergentes.

Esses grandes grupos internacionais assumem uma política de verticalização do setor, ou seja, recorrem preferencialmente às suas empresas de projeto, de consultoria, de construção e de fornecimento de materiais e equipamentos. Este procedimento é muito importante para a rentabilidade do negócio, garantindo margens de lucro mais confortáveis. Para os grupos que operam o setor em nível internacional, esta é uma condição essencial para viabilizar suas estratégias. A entrada das empresas internacionais exerce óbvio impacto – inclusive sobre o emprego – no mercado interno dos países em que as empresas nacionais desenvolvem essas atividades acessórias e correlatas.

É o que tem acontecido em alguns países em desenvolvimento ou em transição que, no bojo das reformas macroeconômicas da década de 1990, decidiram incentivar a participação privada no saneamento, apoiados pelo Banco Mundial. A maior e mais importante dessas experiências foi a concessão da Companhia de Águas de Buenos Aires, em 1993, por trinta anos, para um consórcio liderado pela companhia francesa Lyonnaise. A população atendida na capital da Argentina e nos quatorze distritos dos arredores é de 8,6 milhões de pessoas, com uma renda *per capita* de US\$ 8.060,00 em 1994.

É de se esperar que os capitais privados se interessem por países que apresentem menores riscos sociais e políticos. Eles escolherão naturalmente, os sistemas que apresentem melhores perspectivas de rentabilidade, especialmente os grandes centros urbanos e as áreas metropolitanas, onde a qualidade da água é adequada e o custo de reabilitação dos sistemas é pequeno.

É o caso de muitos dos grandes sistemas brasileiros. Esta é uma das razões pelas quais as disputas pelos grandes sistemas já vêm ocupando manchetes nos jornais de nosso país, como no Rio de Janeiro.

Outra razão é o déficit no atendimento. Para uma população urbana de 123 milhões de pessoas distribuídas em 5.507 municípios (em 1997), 72% dos quais servidos por companhias estaduais e 28% por serviços municipais, 15 milhões de pessoas encontram-se sem abastecimento público de água e 77 milhões de pessoas sem serviços de esgotamento sanitário. Em relação ao tratamento de esgotos, menos de 15% dos esgotos recebem algum tipo de tratamento, causando uma poluição generalizada dos corpos d'água por esgotos sanitários. Esta situação tem-se tornado evidente para a população em geral, que já conhece seus direitos como usuários. Um exemplo desta percepção ocorreu em agosto de 1999, nas reuniões preparatórias para o orçamento participativo do Estado do Rio de Janeiro, quando uma pesquisa com quatro

ARTIGO

mil formulários preenchidos por moradores do município do Rio de Janeiro revelou, no que diz respeito a investimentos, que a prioridade do carioca é saneamento, à frente de reivindicações como saúde, educação, habitação e segurança pública.

O controle sobre as dívidas interna e externa do setor público tem impedido que empresas estaduais e municipais possam recorrer a financiamento público para expandir seus investimentos. Esta situação tem agravado a precariedade dos serviços de saneamento, muitas vezes insatisfatórios, pois operam com uma série de problemas técnicos, operacionais, comerciais e financeiros, de recursos humanos e institucionais.

Convém lembrar que o déficit em abastecimento de água e em rede coletora de esgotos sanitário se concentra nas regiões Norte e Nordeste; em cidades com menos de 20 mil habitantes de todas as regiões do país, onde mais de um milhão de domicílios não possuem serviços de abastecimento de água; e nas camadas de população com renda familiar mensal de até dois salários mínimos, mesmo nas regiões metropolitanas, como a de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Curitiba, Fortaleza e Belém.

No ambiente competitivo de hoje, há empresas públicas que optaram por mudanças em sua administração para enfrentar os novos desafios e a agressividade das empresas internacionais, armados com novos conceitos, ferramentas de planejamento, informação automatizada, tecnologia de operações e reforço da capacidade de gestão dos serviços, o que implica política tarifária, política de relações públicas e política de formação de recursos

humanos. Entre essas empresas destacam-se as americanas Columbus Water Works, da Georgia, The City of San Diego Metropolitan Wastewater Department, da Califórnia, e as brasileiras Caesb, de Brasília, e a Superintendência de Água e Esgoto de Ituitaba (MG). Essas empresas apresentam vantagens competitivas em relação ao setor privado, já que trabalham para a universalização do atendimento em saneamento, incluindo, no caso brasileiro, as populações mais pobres, que habitam áreas onde o retorno é reduzido, nas quais se concentra o déficit. A parcela da arrecadação que seria destinada ao lucro tem sido reinvestida na melhora dos sistemas.

A discussão do setor, no Brasil, se limitou no passado ao âmbito dos fóruns da engenharia sanitária e ambiental, que por razões históricas sempre trataram da questão. É hora de ampliá-la e trazê-la para o âmbito da economia.

Sabe-se que uma regulação efetiva é a pedra angular de um esquema sustentável de participação privada nos serviços de utilidade pública. Entretanto, verifica-se, nas experiências de concessão de serviços de saneamento em países em desenvolvimento, que a criação de um marco regulatório não garante uma regulação efetiva. Em geral, existe um forte desequilíbrio entre os limitados meios e capacidades dos reguladores públicos e a grande capacidade de experimentados operadores privados.

Profª Sandra Bondarovsky é mestre em Economia pela Universidade de Houston e doutoranda em Economia pelo IEI/UFRJ.

Enfim, uma revista que enxerga longe!

Rumos é uma revista de economia e negócios diferente. Seu espaço não é o curto prazo. Para ela, o presente é a base na qual se exercita o futuro. Sua preocupação central é o desenvolvimento. Mais do que isso: o desenvolvimento sustentado, aquele que alimenta a si mesmo. **Rumos** acredita nisso; não se trata de diferencial de venda. Até porque é difícil vender aquilo em que não se acredita. O Brasil tem andado excessivamente mergulhado nas agruras do curto prazo. **Rumos** não se fixa nele: parte dele em busca de soluções, de mais espaço, de novos horizontes. E procura fazer isso com clareza e bom gosto, porque quer ser vista, e lida, por todo mundo, não apenas por iniciados. Afinal,

desenvolvimento é direito e dever de todos, Estado e mercado. Venha para o clube dos leitores de **Rumos**: nele sempre tem espaço para quem quer alargar horizontes.

LEIA E ASSINE

Rumos
ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO PARA OS NOVOS TEMPOS

Rua São Bento, 9, 13º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20090-010
Telefone: (021) 263.0817 - Fax: (021) 253.7831
E-mail: abderj@iis.com.br

ALCA

Quinta reunião ministerial da Alca

Nos dias 3 e 4 de novembro realizou-se, em Toronto, Canadá, a V Reunião Ministerial da Alca, que visa a implantar uma área de livre comércio no continente americano a partir de 2005. A rodada de negociações de Toronto alterou pouco a evolução do acordo; a ausência da representante comercial dos Estados Unidos criou uma situação na qual só foram possíveis as seguintes definições, explicitadas em declaração ministerial: os grupos de negociação (investimentos, serviços, compras governamentais, solução de controvérsias, agricultura, direitos de propriedade intelectual, subsídios, políticas de concorrência, antidumping e medidas compensatórias) sairão da fase de debates e passarão a redigir textos, que serão os capítulos de um acordo pleno, a ser encaminhado ao Comitê de Negociações Comerciais; foram acordadas algumas medidas de facilitação de negócios; sobre a relação entre a Alca e a OMC, explicitou-se o apoio ao início da nova rodada de negociação da OMC, com ênfase nas negociações sobre eliminação de subsídios às exportações de produtos agrícolas, ressaltando-se, no entanto, que os participantes pretendem levar a cabo as negociações da Alca de acordo com o seu próprio cronograma. Adicionalmente, foram nomeadas as novas presidências dos grupos de negociação, tendo ficado os Estados Unidos com serviços, o Brasil com agricultura e a Bolívia com o Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil, entre outros. A próxima reunião ministerial será na Argentina em 2001.

Representantes da Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (Rebrip) reuniram-se com o representante do governo brasileiro nas negociações da Alca. Ficou claro que o Brasil não está preparado para enfrentar uma situação de tarifa zero, pois permanecem enormes as assimetrias e o desafio da competitividade. Ainda assim, o Brasil segue negociando este e outros acordos de liberalização comercial indiscriminada.

Na verdade, a relativa paralisia em que se encontram as negociações está relacionada, por um lado, ao compasso de espera em relação ao início da Rodada do Milênio e também à aprovação do *fast track* (via rápida) no Congresso dos Estados Unidos e, por outro, ao argumento de que "nada estará acordado até que tudo esteja acordado", o que significa na prática que, em 2005, os governos entregarão aos seus Parlamentos o "pacote Alca" pronto para ratificação, sem que haja mais tempo para alterações nos conteúdos do acordo.

Paralelamente à reunião dos ministros de Comércio, foi realizado o Fórum da Sociedade Civil "Nossa América", organizado pela Aliança Social Continental, que reúne centrais sindicais, movimentos sociais e ONGs do continente (a participação do Brasil se dá através da Rebrip). Os debates do Fórum ocorreram em torno de dois documentos previamente elaborados, um sobre exclusão social e outro sobre investimentos. Estes documentos foram entregues a dezessete ministros de Comércio, que responderam positivamente ao convite do Fórum para debater com organizações da sociedade civil (nenhum representante do governo brasileiro se fez representar).

A Aliança Social Continental discutiu, ainda, um plano de ação que inclui atividades como a construção de uma agenda social para os processos de integração regional, o permanente debate sobre alternativas (sintetizado no documento "Alternativas para as Américas"), o monitoramento dos grupos de negociação e o trabalho com os Parlamentos e os Poderes Executivos de cada país.

Relato preparado por Fátima Mello (Fase)

CURSOS ANPEC

XIII Curso anual de reciclagem em teoria econômica

Preparatório ao concurso de mestrado para Anpec

Promovido por Ierj/Corecon/Cofecon
80% de aprovação

Período: março a outubro de 2000
Local: Av. Rio Branco, 109 / 19º andar

Mais tempo de aulas pelo menor preço!!!

Obs.: os alunos que se inscreverem em dezembro contarão com até 30% de desconto na matrícula.

Informações: tels. 232-8178 e 509-1077

LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO



A Teoria da Relatividade Especial e Geral

136 páginas

Albert Einstein

Preço com desconto: R\$ 13,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

Discursos e Relatórios na Convenção - 204 p.

Maximilien de Robespierre

Preço com desconto: R\$ 19,00

Crítica e Crise - 256 p.

Reinhart Koselleck

Preço com desconto: R\$ 21,00

500 anos de periferia - 168 p.

Samuel Pinheiro Guimarães

Preço com desconto: R\$ 14,00

História trágico-marítima - 540 p.

Bernardo Gomes de Brito (org.)

Preço com desconto: R\$ 28,00

O manifesto comunista - 150 anos depois

Daniel Aarão Reis (org.)

Preço com desconto: R\$ 13,00

A opção brasileira - 208 p.

César Benjamin e outros

Preço com desconto: R\$ 13,00

A sociedade do espetáculo - 240 p.

Guy Debord

Preço com desconto: R\$ 19,00

Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.

Org. Perry Anderson e Patrick Camiller

Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia - 338 p.

Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.

Org. Slavoj Zizek

Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.

Giovanni Arrighi

Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995

Preço com desconto: R\$ 24,00

CONTRAPONTO

Tel. / Fax (21) 259-4957

Caixa postal 56066

CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ

Home-page: www.contrapontoeditora.com.br

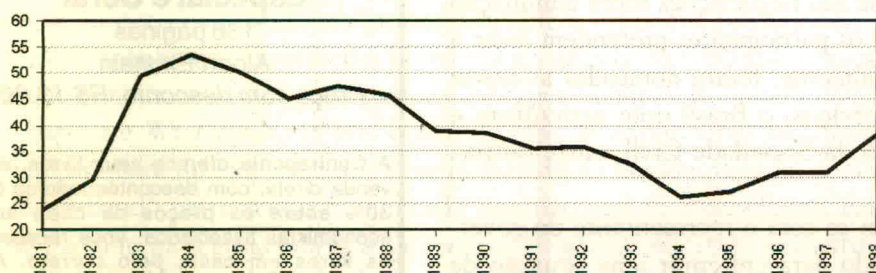
ARTIGO

por Ana Cláudia Além e Fábio Giambiagi

Dívida pública em 1999: um ponto de inflexão?

Como na controvérsia sobre se um copo está "metade cheio" ou "metade vazio", o ano de 1999 admite duas leituras, bastante diferentes entre si, no que diz respeito à evolução da dívida pública. Por um lado, ele pode ser visto como a culminação de um processo que levou a dívida a aumentar 20 pontos percentuais do PIB em apenas quatro anos (ver Gráfico e Tabela). Por outro, pode ser entendido como um divisor de águas, um desses pontos que dividem a história econômica de um país entre o "antes" e o "depois" de um determinado evento, como ocorreu na crise de 1930, no Plano de Metas ou nas reformas de 1964/67. Em que pese o seu aparente antagonismo, ambas as interpretações podem estar corretas.

Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)



* Excluindo a base monetária

Dívida líquida do setor público - fim de período (% PIB) /a

Composição	1994	1995	1996	1997	1998	1999 (set)
Dívida interna	17,6	21,8	27,0	26,7	31,8	35,0
Governo central	3,0	6,6	12,0	13,3	16,8	18,7
Títulos públicos	11,6	15,5	21,4	28,3	35,5	39,0
Créditos do BC	-4,6	-5,3	-8,5	-7,8	-5,7	-5,3*
Renegociação c/ Est. e Mun. /b	0,0	0,0	0,0	-5,5	-9,5	-10,4
FAT	-2,0	-2,5	-2,5	-2,6	-3,1	-3,2
Demais contas	-2,0	-1,1	1,6	0,9	-0,4	-1,4
Gov. estaduais e municipais	9,5	10,3	11,1	12,5	13,7	14,9
Empresas estatais	5,1	4,9	3,9	0,9	1,3	1,4
Dívida externa	8,4	5,5	3,9	4,3	6,3	10,9
Governo central	6,2	3,5	1,6	1,9	4,3	8,3
Gov. estaduais e municipais	0,3	0,3	0,4	0,5	0,7	1,0
Empresas estatais	1,9	1,7	1,9	1,9	1,3	1,6
Dívida total/a	26,0	27,3	30,9	31,0	38,1	45,9
Governo central	9,2	10,1	13,6	15,2	21,1	27,0
Gov. estaduais e municipais	9,8	10,6	11,5	13,0	14,4	15,9
Empresas estatais	7,0	6,6	5,8	2,8	2,6	3,0

Fonte: Banco Central.

n.d. = Não disponível. /a Exclui base monetária. /b Lei número 9496/97. /c Sem privatização e sem efeitos da desvalorização cambial. /d Inclui efeitos patrimoniais da desvalorização sobre a dívida em dólar ou indexada ao dólar.

No início de 1995, o setor público brasileiro tinha uma dívida líquida equivalente a 26% do PIB. No final de fevereiro de 1999, após a desvalorização, essa mesma dívida tinha atingido mais de 46% do PIB. Entre 1991/1994 e 1995/98, o resultado fiscal médio de ambos os períodos indica uma deterioração do resultado primário – que exclui os juros –, que sai de um superávit consolidado do setor público de 2,9% no primeiro período para um déficit médio de 0,2% do PIB no segundo. Esse "delta" negativo, de 3,1% do PIB, respondeu por 65% da piora, de 4,8% do PIB, que se verificou no déficit operacional no período, única forma de fazer uma comparação que faça sentido, já que o indicador nominal não tinha qualquer significado prático até

1994. Nessa comparação, as Necessidades de Financiamento do Setor Público (INFSP) passaram de 0,4% para 5,2% do PIB entre 1991/94 e 1995/98. Enquanto isso, os juros reais passaram de 3,3% para 5,0% do PIB – uma variação de 1,7% do PIB. Porém, no final do período, em 1998, o peso dos juros tinha se tornado claramente dominante na composição do déficit: naquele ano, o total de despesas com os juros nominais da dívida atingiu cerca de 8% do PIB.

O desenrolar da política econômica em 1999 ajudou a remover ao mesmo tempo os dois principais responsáveis pelo fato dos juros terem se tornado uma fonte tão importante da despesa em 1998. Por um lado, ao "descontaminar" a formação dos juros e a expectativa de desvalorização, criou condições para uma queda da taxa de juros real incidente sobre a dívida pública, algo que já está ocorrendo. Por outro, ao gerar um robusto superávit primário, no contexto da vigência de um acordo convencional com o Fundo Monetário Internacional (FMI), reforçou essa dinâmica, pois injetou confiança para que o mercado aceitasse um prêmio menor pelo carregamento de títulos públicos.

Vale destacar também o recente conjunto de medidas lançado pelo governo com o objetivo de "suavizar" a evolução da dívida pública, através do aumento da colocação dos títulos pré-fixados. Recentemente, houve uma tendência de aumento da participação dos títulos pós-fixados no total de títulos públicos federais: de um percentual de 21% do total, em média, em 1997, a participação atingiu 58% em outubro de 1999, chegando a atingir um máximo de 68% em março de 1999 (ver Tabela abaixo). Este movimento, iniciado em meados de 1998, refletiu a crescente dificuldade que o governo experimentava para rolar a dívida a partir da colocação de títulos pré-fixados, em um ambiente marcado pela forte incerteza e, conseqüentemente, pela expectativa de aumento nas taxas de juros. A incerteza sobre o patamar futuro das taxas de juros levou o mercado a se recusar a carregar os títulos pré-fixados ou a exigir prêmios muito altos para comprá-los. Como resultado, o governo passou a colocar títulos pós-fixados – remunerados pela taxa Over/Selic – para garantir a rolagem, o que representou uma deterioração do perfil da dívida pública.

Títulos públicos federais – participação (%) por indexador

	Total da dívida fora do Bacen	Índice de correção					
		Câmbio	TR	Over/Selic	Pré-fixado	TJLP	Outros
média 97	100	12	9	21	57	1	2
média 98	100	18	5	46	29	0	1
jan 99	100	30	5	58	6	0	1
fev	100	30	4	57	7	0	1
mar	100	26	4	68	1	0	1
abr	100	25	4	67	3	0	1
mai	100	25	4	65	5	0	1
jun	100	24	3	64	8	0	0
jul	100	24	3	61	11	0	0
ago	100	26	3	59	12	0	0
set	100	26	3	60	11	0	0
out	100	27	3	58	12	0	0

Em linhas gerais, a meta é aumentar a liquidez dos títulos pré-fixados, principalmente via a consolidação de um mercado secundário para eles. Com o aumento da liquidez destes títulos, o governo pretende tornar mais atraentes os papéis com vencimento de prazo mais longo, reduzindo ao mesmo tempo seus custos de colocação. Atualmente, a dívida pública federal tem um prazo médio de vencimento de onze meses; o objetivo do governo é emitir papéis com prazos mais longos.

ARTIGO

Além de promoverem um alongamento do prazo do vencimento da dívida pública, as novas medidas pretendem contribuir para uma queda mais expressiva nas taxas de juros básicas da economia. É sempre importante ressaltar que a efetiva melhora das contas públicas depende, em parte, da redução das taxas de juros, tendo em vista não apenas o seu efeito direto no sentido de reduzir o custo da dívida, como também o efeito indireto de estimular o aumento do nível de atividade e, conseqüentemente, o aumento da arrecadação do setor público.

Parodiando Drummond, cabe então perguntar: "E agora, José?". Isto é, tendo em vista o que foi dito antes, o que se pode esperar no futuro?

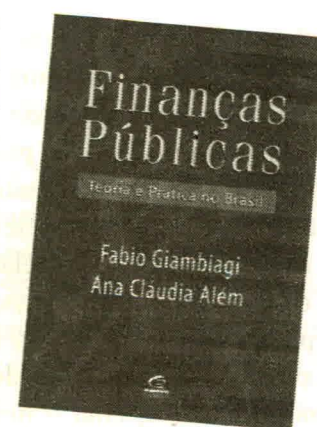
Isso vai depender da postura fiscal que o país vier a adotar. A atual política fiscal obedece ao objetivo de conter o processo de crescimento da dívida. O que aconteceu até 1998 foi que, mantida a trajetória da dívida pública até então observada, estávamos indo rapidamente para uma situação-limite. As metas fiscais nada mais são do que uma tentativa de corrigir o rumo do Titanic antes de encontrar o iceberg, que neste caso teria o nome de moratória. Em outras palavras, o que se procura é colocar um ponto final na trajetória da dívida pública, antes considerada explosiva. Inicialmente, pretende-se estabilizar a relação dívida/PIB, para, até o final do programa fiscal de 1999/2001, diminuí-la. Os superávits primários de mais de 3% do PIB visam justamente esse objetivo, que parece viável.

É preciso entender exatamente o que isso significa. Durante duas ou três décadas, tivemos um problema fiscal, mascarado ora pelo endividamento, ora pela inflação ou, mais recentemente, pela privatização. O que a "grita" de diversos setores contra a atual política indica é que as demandas não cabem no Orçamento. Até o ano passado, isso era acomodado através de uma concessão aqui, outra ali, e o resultado era mais déficit e mais dívida. A partir do momento em que a relação de causalidade muda e o gasto fica subordinado ao objetivo fiscal – e não o contrário –, explicita-se o conflito, até então latente, entre as demandas da sociedade por gasto público e a sua predisposição para financiar esse gasto por meio dos tributos. O custo político do ajustamento fica exposto em toda a sua plenitude.

A manutenção do compromisso com as metas fiscais tem sido fundamental no sentido de aumentar a credibilidade do país, o que tem contribuído para uma progressiva melhora do risco-país e, conseqüentemente, para a manutenção da política de redução gradual das taxas de juros. O Brasil – temporariamente? – mudou o regime fiscal em 1999 ao adotar – e cumprir – um rígido programa fiscal para 1999/2001. Seria um retrocesso se as pressões políticas levassem o governo a substituir o atual regime, baseado em metas de superávit primário, pelo retorno ao esquema tradicional de fazer política fiscal no Brasil, com o resultado fiscal subordinando-se novamente às demandas de todo tipo. Trocaríamos assim as metas de superávit por um déficit de metas.

Fábio Giambiagi é funcionário do BNDES desde 1984. Ana Cláudia Além é funcionária do BNDS desde 1983. Ambos são mestres pelo Instituto de Economia (IE) da UFRJ.

Finanças Públicas – O livro trata de um conjunto de temas ligados à questão fiscal no Brasil, cujo conhecimento, é essencial para a formação dos estudantes de economia do país. Ele se destina, prioritariamente, aos alunos e professores da cadeira de Economia do Setor Público. Entretanto, foi escrito com a preocupação de que sua linguagem tornasse a leitura acessível para o público em geral, interessado em entender melhor as características, o funcionamento e os problemas do setor público.

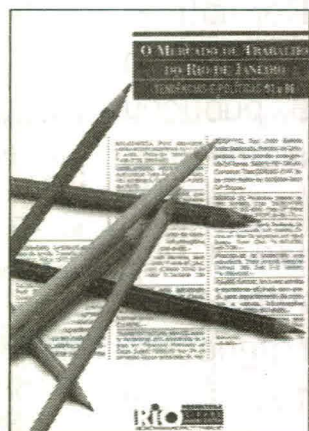


RESENHA



O Mercado de Trabalho no Rio de Janeiro

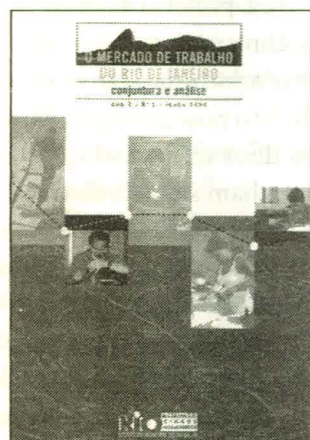
Uma publicação da Secretaria Municipal do Trabalho – Prefeitura do Rio



Trata-se de uma iniciativa da Secretaria Municipal do Trabalho com o objetivo de estimular a produção de pesquisas voltadas para o mercado de trabalho da cidade do Rio, considerando as peculiaridades da cidade e apresentando propostas para aprimorar a capacidade de implementar políticas públicas voltadas para a geração de trabalho e renda em âmbito municipal.

Apresentamos abaixo as principais publicações da Secretaria Municipal do Trabalho:

Além do livro "RIO 97 – O mercado de trabalho no Rio de Janeiro", que reúne as diferentes contribuições de um seminário organizado em maio desse ano, a Secretaria Municipal do Trabalho possui outras duas publicações; o boletim "Mercado de trabalho do Rio de Janeiro: conjuntura e análise", com periodicidade quadrimestral, realizado através de convênio com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec); e a publicação única denominada "O mercado de trabalho do Rio de Janeiro: tendências e políticas", que segue de certa forma a estrutura do boletim produzido pelo Ipea, contendo artigos sobre um tema específico e uma análise geral do mercado de trabalho da Região Metropolitana do Rio de Janeiro durante o período de 1991 a 1996, com base nos dados da Pesquisa Mensal do Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE).



— ENTREVISTA —

JOSÉ MURILO DE CARVALHO*Raízes históricas dos problemas brasileiros*

JORNAL DOS ECONOMISTAS:
 Você tem escrito artigos críticos sobre a forma como vêm sendo preparadas as comemorações dos 500 anos de Brasil. Por quê?

JOSÉ MURILO DE CARVALHO:
 De uns dez anos para cá, tenho trabalhado com o tema da cidadania, que tem relação com a vigência de direitos, a identidade coletiva e a formação da nação. Isso me levou a examinar a memória e os mitos nacionais, para tentar compreender como o brasileiro representa a si próprio e a seu país. Mais recentemente, essa temática adquiriu maior relevância por causa das atividades relacionadas com os 500 anos da conquista. Na programação oficial está incluída, por exemplo, a saída de uma chama de Lisboa, com o nome de "conhecimento dos povos lusitanos", e será rezada missa em Porto Seguro. É uma forma desastrosa de tratar a questão, ofensiva a vários grupos de brasileiros. Não somos um povo lusitano. Nossa marca e nossa riqueza é sermos uma população miscigenada e de origem diversificada. Também não somos mais, como antes, um povo exclusivamente católico. Temos uma multiplicidade de religiões e vivemos sob um Estado laico. As comemorações estão sendo usadas para retomar tradições superadas e transmitir versões falsas da nossa história.

JE: A que tradições e versões você se refere?

JOSÉ MURILO: A principal é a idéia de que o "descobrimento" teria inaugurado um contato cordial entre diferentes grupos humanos, propiciando o desenvolvimento tranqüilo de uma cultura lusitana e católica entre nós. Colocar a carta de Pero Vaz de Caminha como a "certidão de nascimento" do Brasil não é uma decisão inocente. A carta descreve um encontro pacífico entre os primeiros portugueses que aqui chegaram e a



Doutorado em Ciência Política pela Universidade de Stanford (EUA), José Murilo de Carvalho lecionou na Universidade Federal de Minas Gerais e no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Hoje, é professor-titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre outros textos, escreveu dois livros sobre o Império, um deles, *Teatro de sombras*, traduzido para o francês, e dois sobre a República, um deles, *Formação das almas*, traduzido para o espanhol. Em 1998, pela Editora da UFMG, publicou *Pontos e bordados: escritos de história e política*.

Um dos mais respeitados historiadores em atividade no Brasil, José Murilo tornou-se um crítico da forma como vêm sendo conduzidas as comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses. Nesta entrevista ao *Jornal dos Economistas*, ele explicita sua crítica, revisita a formação do Brasil e chega aos dias atuais, tratando de temas como o futuro da democracia, a auto-imagem do povo brasileiro e o papel da educação em um projeto de futuro para o país.

população local, mas não foi esse o modo como o contato se desenvolveu.

Ao contrário do que nos ensinam na escola e do que Gilberto Freyre tentou mostrar, não se sustenta nos fatos a interpretação de que a colonização portuguesa tenha sido mais tolerante do que a espanhola. O genocídio talvez tenha sido menos dramático aqui, pois nossos índios eram mais escassos, estavam mais dispersos e não tinham uma civilização complexa e estruturada. Mas, em termos proporcionais, ele não ficou atrás daquele praticado pelos espanhóis. A partir da decisão de ocupar efetivamente a nova colônia, tomada em 1530, a violência foi grande, com a cumplicidade da Igreja. As cartas de Anchieta mostram seu apoio a Mem de Sá, um matador de índios.

JE: Em que se baseia a operação ideológica que conta a história do encontro das três raças?

JOSÉ MURILO: Não há países sem mitos nacionais, sem memória construída. Em 1882, Renan fez uma conferência, que se tornou famosa, intitulada "O que é uma nação?". Nela, afirmou que para construir uma nação é necessário esquecer muitas coisas, inventar outras, modificar algumas, reforçar outras mais. Não há comunidade nacional sem tais construções. É o mecanismo clássico de ocultar conflitos e ganhar adesões para projetos hegemônicos.

Essas construções não podem ser totalmente arbitrarias. Em nosso caso, houve de fato miscigenação. Mas isso não quer dizer que as relações entre as raças tenham sido cordiais, ou que o processo tenha sido impulsionado por valores e virtudes dos colonizadores. Antes de mais nada, ele respondeu a necessidades práticas: era preciso produzir gente, e não havia mulheres brancas em número suficiente. Criou-se uma população

ENTREVISTA

miscigenada por causa da posse, freqüentemente violenta, de mulheres índias e negras pelos homens brancos. Essa miscigenação ocorreu paralelamente ao genocídio indígena e à escravização de 4 milhões de africanos.

JE: De que época data a construção explícita desse mito?

JOSÉ MURILO: Talvez se possa datar suas primeiras manifestações a partir da leitura feita, na segunda metade do século XIX, da guerra contra os holandeses, em que aparecem referências a tropas e lideranças brancas, negras e indígenas. Na escola, todos ouvimos falar de Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão. O conde de Afonso Celso reiterou essa leitura em 1900. Tal história omite, entre outras coisas, que a população indígena se dividiu entre portugueses e holandeses. Houve Camarão, mas também houve Pedro, ou Pieter, Poti que lutou ao lado dos holandeses junto com seus companheiros. Ele estivera na Holanda, onde se tornara calvinista. Pedro Poti pregava a aliança de todos os índios com os holandeses, sob o argumento de que os calvinistas os tratavam muito melhor que os portugueses. O mesmo acontecera no Rio de Janeiro, quando os donos da terra, os tamoios, se aliaram aos franceses, sendo por isso massacrados aos milhares, até o extermínio.

A versão pró-lusitana de nossa história solidificou-se na obra de Varnhagen, que insistiu na idéia de que o Brasil era uma extensão americana da civilização portuguesa. A dinastia bragantina expressaria essa continuidade. Na antiga América espanhola, ao contrário, houve forte movimento de rompimento com o passado, com o que se chamou de "legenda negra" da colonização.

JE: Quais as raízes dessa diferença de interpretações?

JOSÉ MURILO: Cito algumas. Em 1500, os 4 milhões de índios que havia aqui representavam o dobro da população portuguesa. Portugal nunca teve gente suficiente para colonizar o Brasil. Durante o período colonial, deve ter mandado para cá, ao

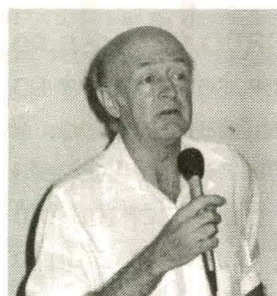
todo, cerca de 90 mil pessoas. Para exercer a administração, a metrópole se viu forçada a recrutar gente nascida aqui, de modo as elites brasileira e portuguesa se integraram.

Essa integração foi reforçada por dois fatores. O primeiro foi uma política educacional obscurantista. Já em 1551, a Espanha criou universidades no México e no Peru. Portugal, porém, nunca permitiu a criação de escolas superiores em suas colônias. Quando, em 1768, Minas Gerais pediu a criação de uma escola de medicina, a resposta foi negativa, exatamente sob a alegação de que se enfraqueceriam os laços com a metrópole. A elite brasileira se formava em Coimbra e era recrutada para servir ao Estado português. Isso ocorreu, por exemplo, com José Bonifácio, que ficou fora do Brasil por quase trinta

aqui, invertendo a relação colonial em vez de extingui-la.

JE: Isso fortaleceu a opção pelo Império e a manutenção da unidade territorial?

JOSÉ MURILO: Além dos dois fatores a que me referi, e que contribuíram para o projeto de formar aqui um império, pesou também o exemplo das guerras civis que estavam em curso nas ex-colônias espanholas. Numa sociedade como a brasileira, que se baseava na escravidão, uma guerra civil era muito perigosa para as elites econômicas. Para evitar o perigo, optou-se pela unidade em torno da figura do monarca. Foi uma decisão pragmática. Em 1831, como dom Pedro I não se comportava de maneira satisfatória, foi mandado embora.



"Na Guerra do Paraguai, percebeu-se que um país escravista não podia organizar um grande exército, estava sempre às voltas com um front externo complicado e transmitia uma péssima imagem externa. Então, o problema da Abolição se recolocou."

anos, perfeitamente integrado à burocracia da metrópole. Só retornou em 1819, trazendo consigo a idéia de construir aqui um grande império.

O segundo fator foi a vinda do príncipe dom João e da Corte portuguesa em 1808. Na Espanha invadida por Napoleão, Fernando VII abdicara, liberando a colônia americana de lealdade à metrópole. Na América espanhola, havia vice-reinados e capitânias-gerais, em muitos dos quais, como já disse, havia também universidades. A combinação de centros políticos liberados pela derrota da Espanha e de pessoas capazes de pensar e se organizar politicamente facilitou a construção de novas entidades nacionais. Há correlação clara entre a presença de universidades e a criação de países independentes. No caso brasileiro, poucos grupos eram capazes de conduzir uma articulação regional. Além disso, a Corte portuguesa se fixou

JE: Nesse momento reaparecem as tentativas separatistas...

JOSÉ MURILO: Na primeira metade do século XIX, o açúcar estava em crise e o café não se consolidara como nosso principal produto. O centro de gravidade da economia brasileira ainda estava em Pernambuco e na Bahia, dando a essas províncias condições de resistência à hegemonia política do Sul. Na Confederação do Equador, de 1824, se explicita uma forte identidade pernambucana.

Mas as tendências separatistas foram abafadas pela consolidação do Império. Quando retornaram, na década de 1830, já havia uma integração política maior, e o poder central pôde reagir com mais energia. Mesmo assim, em diversos momentos, Pernambuco, Pará, Bahia e Rio Grande do Sul se separaram, sendo depois derrotados. Isso apressou o golpe de Estado que colocou

Pedro II no trono, pois a Regência opunha uma resistência pouco eficaz às forças centrífugas.

O Segundo Reinado consolidou-se em 1844, após a volta ao poder dos liberais que haviam sido derrotados em 1842. Naquela data, as diversas facções da elite perceberam que o Poder Moderador poderia arbitrar seus conflitos. Isso era muito importante, pois a experiência da Regência mostrara que muitas revoltas começavam como expressão desses conflitos, transformando-se depois em movimentos populares que escapavam ao controle. Estabeleceu-se então, entre a elite, um consenso que deu legitimidade e estabilidade ao sistema monárquico. As revoltas regionais foram desaparecendo ou mudaram de natureza.

JE: Que relação se pode estabelecer entre a opção pelo Império e o retardamento da Abolição?

JOSÉ MURILO: Este é um debate complexo. Na época da Independência, muitos julgavam que manter a unidade era condição para manter a escravidão, pois guerras civis poderiam favorecer a Abolição. De algum modo, pode-se dizer que, de fato, a unidade favoreceu o prolongamento da escravidão. Mas, para outros, manter a escravidão era um mal necessário para preservar a unidade. José Bonifácio, por exemplo, era contra a escravidão, mas totalmente favorável à unidade. Mesmo sob pressão dos ingleses, considerou que fazer a Abolição naquele momento seria despedaçar o país, e por isso concordou em adiar a decisão.

Na segunda metade do século, a unidade atrasou a Abolição em algumas províncias e apressou em outras. No final de década de 1880, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro eram as províncias mais ricas e concentravam quase 70% dos escravos. Se não houvesse uma decisão nacional, a Abolição nessas regiões talvez tardasse ainda mais.

JE: Qual a relação entre a Abolição, em 1888, e a Proclamação da República no ano seguinte?

JOSÉ MURILO: Na fase final, o problema da escravidão reacendeu

ENTREVISTA

o conflito entre a elite agrária e o Poder Moderador. A primeira grande lei, que definiu o fim do tráfico, data de 1850, e foi promulgada por pressão da Inglaterra. Se a lei não passasse, o Brasil teria que se resignar a ver sua soberania violada sistematicamente pela esquadra inglesa. Em 1871, porém, com a Lei do Ventre Livre, foi diferente. A iniciativa veio de cima, pois não havia movimento abolicionista nessa época. A reação a essa lei foi muito grande, pois dizia-se que a nação não estava pedindo a Abolição. A lei foi acusada de representar uma traição, uma loucura, fruto de tramas urdidas nos bastidores do palácio. Estabeleceu-se aí um divórcio entre as elites agrárias e a Monarquia.

JE: *Por que a Coroa evoluiu nessa direção?*

JOSÉ MURILO: A Guerra do Paraguai foi um fator importante. Nesse episódio, percebeu-se que um país escravista não podia organizar um grande exército, estava sempre às voltas com um *front* interno complicado e transmitia péssima imagem externa, inclusive aos seus aliados. Então o problema da Abolição se recolocou. Na segunda metade da década de 1880, apareceu um ator novo: o movimento popular. Empurrada pela rua, a Coroa apoiou com firmeza a medida.

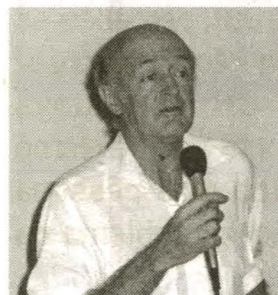
JE: *Quando e por que ficamos para trás em relação aos processos de modernização que estavam em curso em outros países?*

JOSÉ MURILO: É uma pergunta clássica, de difícil solução. Em homenagem ao *JE*, cito um argumento formulado por economistas. A colonização portuguesa se baseou na produção de açúcar, uma atividade muito rentável. Até 1800, o nível de renda no Brasil era semelhante ao dos Estados Unidos, mas, a partir daí, começou a se acumular uma diferença cada vez maior. O argumento diz que a produção de açúcar em bases escravistas – e, podemos acrescentar, o latifúndio em geral – foi geradora de uma grande desigualdade inicial, a que nossas instituições deram sustentação. A maior igualdade

de norte-americana teria sido decisiva para a maior rapidez do desenvolvimento posterior do comércio e da indústria naquele país.

JE: *Numa sociedade tão desigual, como se constitui a imagem do povo brasileiro?*

JOSÉ MURILO: A auto-imagem nacional centrada nos motivos edênicos, que é muito marcante desde os primórdios do Brasil, não fala de gente. E o mito do grande império, decisivo no século XIX, refere-se antes de tudo à constituição do território. O tamanho do país e suas riquezas foram usados como argumento para justificar a Independência. Era como se o país não precisasse de povo, pois havia uma natureza rica e exuberante. Os agentes da construção nacional eram os bandeirantes,



"O projeto republicano vitorioso no Brasil foi o liberal, que se baseava no federalismo e no presidencialismo. A República não foi impulsionada pela participação popular. Representou um rearranjo por cima, que reciclou o modelo político anterior."

que não organizaram a sociedade, apenas alargaram o território.

Em meados do século XIX, o romantismo foi buscar no índio o símbolo da nacionalidade, mas ele não tinha presença real. Mais perto do fim do século, tudo piorou. A Abolição tardia, em tese, deveria fazer com que os ex-escravos fossem absorvidos pela nação, mas ela coincidiu com a importação, pela intelectualidade, das teorias racistas em voga na Europa. Assim, durante grande parte do processo de construção da nação, o povo não ocupa um lugar de destaque. A imagem negativa da nossa população só começa a ser revertida na década de 1930, graças à obra de Gilberto Freyre e à política do Estado Novo, que valorizaram a miscigenação.

JE: *Os Estados Unidos também conheceram um genocídio das populações indígenas e a escravidão. Como essas questões foram resolvidas lá?*

JOSÉ MURILO: Assim como nós, os Estados Unidos também tiveram um mito edênico. Mas lá ele teve um sentido muito diferente. Em nosso caso, o paraíso era um dom de Deus, a ser fruído. Os peregrinos que deixaram a Inglaterra e foram para os Estados Unidos eram movidos por outra idéia: Deus os colocava numa terra isolada e áspera (*wilderness*) para que construíssem nela um paraíso. Ou seja, tratava-se de um paraíso a ser construído pelos homens, na forma de uma nova igreja e uma nova sociedade. O sentido do mito é diferente e produziu comportamentos distintos. Lá, o paraíso era para os escolhidos. Após muita luta, ele foi aberto aos excluídos.

A sociedade americana foi criada a partir de um fragmento da sociedade inglesa, e não de uma amostra.

sobre violência na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, realizada em conjunto pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Superior de Estudos da Religião. Inserimos no questionário algumas perguntas clássicas sobre a relação do brasileiro com o país. As respostas trouxeram algumas surpresas.

Cerca de 85% dos entrevistados responderam que tinham orgulho de ser brasileiros, mas quase a metade não sabia dar um motivo para isso. Entre os que apontavam algum, a maioria se referia à natureza. Isso me deixou perplexo, até porque boa parte das características naturais apontadas não existem mais ou estão em vias de desaparecer. Em segundo lugar, bem distante, apareciam instituições nacionais, ou seja, o que foi construído por nós. Só em terceiro lugar vinha o povo brasileiro, caracterizado como sofredor, trabalhador, alegre e conformado.

Temos dificuldade em extrair da história do país motivos de orgulho, mesmo que eles existam. A pesquisa foi feita pouco tempo depois do *impeachment* de Fernando Collor, um feito de que os brasileiros podem e devem se orgulhar. Mas ninguém mencionou o *impeachment* na pesquisa. Ou seja, em política, os brasileiros não se orgulham nem mesmo das boas coisas que fizeram.

JE: *Que variável é mais importante para a perpetuação dessa auto-imagem?*

JOSÉ MURILO: A pesquisa mostrou que a variável educação tem uma relação direta e forte com a capacidade de perceber direitos, identificar problemas, formular críticas e envolver-se em ações coletivas. O baixo nível educacional é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de uma cidadania ativa.

O problema tem raízes históricas. No Brasil, a preocupação com a educação das camadas populares praticamente desapareceu em 1759, quando os jesuítas foram expulsos. Além disso, numa sociedade escravista, educação popular era uma idéia que não fazia sentido. Como dizia Joaquim Nabuco, escola e

JE: *Como isso se reflete hoje?*

JOSÉ MURILO: Mais recentemente, participei de uma pesquisa

ENTREVISTA

senzala são incompatíveis. O catolicismo oficial também contribuiu. Nos Estados Unidos, os cultos africanos foram mais duramente reprimidos. Os escravos eram forçados a aderir às igrejas protestantes, que davam grande importância à leitura da Bíblia. Muitos escravos e ex-escravos se alfabetizavam e se transformavam em líderes religiosos. Aqui, não houve incentivo à educação nem pelo lado religioso, nem pelo social, nem pelo governamental.

Na República, a educação primária e secundária passou para a alçada dos estados; alguns investiram alguma coisa, outros muito pouco. Só recentemente o assunto vem recebendo a atenção que merece, mesmo assim mais da parte do governo federal.

JE: *Por que a Abolição e a República não alteraram mais profundamente essa realidade?*

JOSÉ MURILO: O projeto republicano vitorioso no Brasil não foi o jacobino nem o positivista, embora eles estivessem presentes. Foi o projeto liberal, que se baseava no federalismo e no presidencialismo. A República não foi impulsionada pela participação popular. Representou um rearranjo por cima, que reciclou o modelo político anterior. No lugar do Poder Moderador, encarnado no monarca, colocou-se um presidente que era forçado a negociar com os estados. Campos Sales estabilizou o sistema cooptando os grandes estados. Logo depois da Proclamação da República, Raul Pompéia resumiu tudo numa frase: "Somos cada vez menos derrotados."

O povo só começou a aparecer organizado na política na década de 1930, com a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira, os primeiros movimentos políticos estruturados em âmbito nacional (o abolicionismo, que foi um movimento amplo, não era organizado). Mas toda a agitação dos anos 30 desembocou no Estado Novo, que reprimiu a política, outorgando ao mesmo tempo a legislação trabalhista e social. Os direitos políticos foram trocados pelos sociais, numa espécie de compensação.

JE: *E o papel dos movimentos sociais?*

JOSÉ MURILO: No Segundo Reinado e na República Velha, quase todos eles foram movimentos de reação a medidas do governo — aliás, medidas legais, votadas no Congresso de cada época, e racionalizadoras. Houve, por exemplo, revoltas contra a introdução do censo, do registro civil, do serviço militar obrigatório, da modificação do sistema métrico, da vacina.

A incorporação do povo ao processo político formal foi extremamente lenta. No século XIX, havia uma eleição em dois turnos, então chamados de primeiro e segundo graus. Em 1872, participavam do processo cerca de 13% da população livre. Em 1881, uma reforma eleitoral reduziu a participação para



"A incorporação do povo ao processo político formal foi extremamente lenta. Em 1872, participavam do processo eleitoral cerca de 13% da população livre. Só em 1945 recuperamos esse índice de participação, que cresceu muito durante os governos militares."

menos de 1%. Escolhemos o retrocesso, ficando na contramão do que acontecia no resto do mundo.

Só em 1945 recuperamos o índice de participação eleitoral que havia em 1872, pois a percentagem de eleitores permaneceu baixíssima durante toda a República Velha. Essa percentagem cresceu muito durante os governos militares instaurados em 1964, justamente quando o voto perdeu o sentido. Aliás, no regime militar também houve significativa expansão dos direitos sociais, como ocorrera no Estado Novo.

JE: *Ou seja, mais uma vez a incorporação do povo se acelerou durante uma ditadura...*

JOSÉ MURILO: Sim, mas graças aos direitos sociais, que são direitos passivos. Quem é ativo, nesses casos, é o Estado, que concede. Os direitos políticos são ativos.

JE: *Sob esse ponto de vista, que novidades há hoje?*

JOSÉ MURILO: Depois de 1985, com a redemocratização do país, criou-se uma situação em que liberdade política e avanços sociais começam a marchar juntos. Mas, para uma democratização substantiva, não basta o exercício formal do voto. Os movimentos populares da década de 1980, que representavam uma esperança, evaporaram-se. De importante, só resta hoje o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

O resultado é que ainda não temos a figura do cidadão ativo, capaz e desejoso de usar a participação para mudar o rumo da política. Nossos grandes movimentos recentes, como o das diretas em 1984 e o do impeachment em 1992, foram picos sem continuidade.

JE: *Os impasses, portanto, continuam...*

JOSÉ MURILO: Transformar cultura e prática políticas é processo de longo prazo. Nossa tradição de participação efetiva é muito recente. Para quem esperava uma transformação rápida, restou o desencanto, que aparece, por exemplo, na imagem atual dos políticos. Em nossa pesquisa, as pessoas demonstraram confiança apenas nos parentes, nos amigos e no líder religioso. O último na lista de confiança era, sistematicamente, "o deputado em quem você votou". O espaço da confiança é privado, podendo chegar, no máximo, até a igreja. O espaço público é o palco da desconfiança.

JE: *Isso, a seu ver, poderá mudar na medida em que grandes massas exerçam repetidamente o direito de voto?*

JOSÉ MURILO: Em tese, sim.

Mas, no Brasil, essa possibilidade se abriu justamente no momento histórico em que o voto está perdendo importância, até mesmo nas democracias mais consolidadas. Na Europa, as instâncias decisórias estão sendo deslocadas para cima, e de modo geral a capacidade de as pessoas decidirem os destinos nacionais está diminuindo.

Entre nós, isso já ficou claro no que diz respeito às políticas macroeconômicas, nas quais o grau de liberdade do governo brasileiro frente ao sistema internacional é, evidentemente, cada vez menor.

Por isso, além do voto, é necessário que se desenvolvam outros mecanismos de participação e de representação. Se alguns níveis de poder se deslocam para cima, é necessário deslocar outros para baixo.

JE: *Que possibilidades você vê nesse sentido?*

JOSÉ MURILO: Do ponto de vista político, creio que há duas coisas positivas acontecendo no Brasil atual, embora não possamos prever que desdobramentos elas terão. Refiro-me ao fortalecimento dos governos municipais e à multiplicação das organizações não governamentais. Ambos permitem criar mecanismos novos de participação.

JE: *Para terminar, voltemos à questão dos 500 anos, que motivou esta entrevista. O que, a seu ver, poderia ser feito?*

JOSÉ MURILO: Repito que a maneira como o governo está tratando a questão é, no mínimo, infeliz. Por que não apresentar nosso passado com realismo crítico e, ao mesmo tempo, promover atividades que apontem no sentido de corrigi-lo, tendo em vista construir um futuro diferente? Já sugeri, por exemplo, um "prêmio 500 anos" para as prefeituras que consigam erradicar o analfabetismo e uma ação de impacto em benefício dos que pagaram o preço dos 500 anos, os descendentes dos indígenas e dos escravos africanos.

A imaginação poderá facilmente multiplicar tais iniciativas, se houver vontade nesse sentido.

O desempenho das exportações brasileiras no comércio internacional de mercadorias: uma aplicação do modelo "constant market-share"

Este artigo é fruto de um trabalho apresentado na XX Jornada de Iniciação Científica do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ, desenvolvido sob a orientação do prof. Jorge Chami Batista, com financiamento do programa Pibic/CNPq, e premiado pela comissão IE-UFRJ/Corecon. Objetivo do trabalho foi examinar o desempenho das exportações brasileiras de mercadorias na primeira metade da década de 1990, considerando sua composição por produtos, seus destinos geográficos e sua competitividade.

O desempenho das exportações brasileiras na década de 1980 já foi exaustivamente analisado em artigos anteriores (ver, por exemplo, R. Bonelli, 1992; J.C. Batista e W. Fritsch, 1994). Como se sabe, as exportações brasileiras tiveram um bom desempenho na primeira metade da década passada, com o Brasil ganhando participação no mercado internacional de mercadorias, mas foi muito ruim na segunda metade da mesma década, provocando um virtual cancelamento dos ganhos obtidos no período anterior (J.C. Batista e W. Fritsch, op. cit.).

As exportações brasileiras de mercadorias também não tiveram um desempenho muito bom na primeira metade da década de 1990, conforme se verifica no Quadro 1, que toma como indicador desse desempenho a participação dos produtos brasileiros nas exportações mundiais no período entre 1989 e 1995. Nota-se que essa participação sofre uma queda substancial entre 1989 e 1990. A partir daí, esse indicador revela uma certa recuperação, mantendo-se, contudo, abaixo do valor de 1989.

QUADRO (1): PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS - (EM %)

	1980	1985	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Participação	1,01	1,32	1,13	0,92	0,92	0,97	1,05	1,03	0,95

Fontes: International Trade Statistics Yearbook (vários anos até 1995) e Handbook of International Trade and Development Statistics (1996).

Para uma avaliação mais detalhada do desempenho das exportações brasileiras na primeira metade da década de 1990, utilizaram-se os resultados da aplicação do conhecido modelo de análise baseado no "constant market-share", ou CMS (para detalhes sobre a aplicação dessa metodologia às exportações brasileiras na metade da década de 1990, ver Azevedo e Batista, 1998).

Na primeira metade da década de 1990, os produtos industrializados continuaram mantendo o seu enorme peso no total das importações mundiais, apresentando um dinamismo em geral superior ao dos produtos primários (Azevedo e Batista, 1998, Quadro 2). Os países membros da OCDE responderam por cerca de 90% do valor das importações mundiais (Azevedo e Batista, 1998, Quadro 3). Contudo, os países não membros da OCDE apresentaram um dinamismo muito maior nesse mesmo período, tendo as suas importações crescido a uma taxa duas vezes superior à dos países da OCDE (Azevedo e Batista, 1998, Quadro 4).

A importância das exportações brasileiras diminuiu, mas aproximadamente 75% delas continuaram a fluir na direção dos países da OCDE. Mesmo assim, a participação dos demais países nas exportações brasileiras aumentou de forma significativa, com destaque para a Argentina (Azevedo e Batista, 1998, Quadro 5).

Ao aplicar o modelo de CMS para as exportações brasileiras (Azevedo e Batista, 1998, Quadro 8) para o total dos bens e para o mercado mundial, o efeito mercado foi positivo. A perda de participação do Brasil nas importações mundiais foi uma decorrência dos efeitos produto e competitividade negativos (vale ressaltar o baixo dinamismo das importações mundiais de produtos primários e de manufaturados básicos, ambos os setores com peso expressivo nas exportações brasileiras para o mundo). Esse resultado se repete de forma ainda mais acentuada no caso das exportações brasileiras de produtos industrializados, situação em que o efeito competitividade negativo aparece de forma bem mais marcante (nesse caso, o efeito mercado tende a ser mais elevado em função, sobretudo, do dinamismo e do peso dos mercados da Argentina e dos Estados Unidos). Em absoluto contraste, houve um significativo ganho de mercado do Brasil nos produtos primários, por causa do efeito produto positivo (os mercados dos produtos de exportação brasileiros foram mais dinâmicos do que os dos produtos primários em geral) e do aumento da competitividade brasileira, sendo o efeito mercado ligeiramente negativo.

Esses resultados, especialmente os efeitos mercado e competitividade, tornam-se acentuadamente piores, tanto para os produtos industrializados como para os produtos primários, quando se retira-se a Argentina. Isto revela o efeito extremamente positivo que o mercado argentino exerceu no desempenho exportador brasileiro no período. Sem a Argentina, aparece no período uma substancial diferença entre o crescimento observado e o hipotético, com perda de *market-share* das exportações brasileiras de produtos industrializados no resto do mundo.

Em contraste, se excluirmos os Estados Unidos, o desempenho das exportações brasileiras é significativamente superior, exceto pelo efeito competitividade dos produtos industrializados, revelando o importante peso das perdas brasileiras no mercado desse país. Observa-se que em um mundo sem os Estados Unidos, os ganhos brasileiros de *market-share* nos produtos primários mais do que compensam sua pequena perda nos produtos industrializados.

O desempenho das exportações brasileiras no mercado dos países da OCDE foi muito inferior ao seu desempenho no mundo, tanto no grupo de produtos industrializados como no de primários. As perdas de *market-share* na OCDE resultam fundamentalmente de perdas de competitividade e de um efeito produto negativo no grupo de produtos industrializados. O desempenho das exportações brasileiras (medido pela perda de *market-share* ou pela diferença entre o crescimento observado e o efetivo) no mercado dos países da OCDE também é inferior ao seu desempenho no mercado mundial sem a Argentina, por causa, exclusivamente do grupo de produtos primários. Isto significa que o desempenho das exportações de primários do Brasil foi excepcionalmente bom no mercado dos países não membros da OCDE, mas o desempenho de nossas exportações de produtos industrializados para o mercado desses países foi ainda pior do que no caso do mercado dos países membros da OCDE.

Para identificar as causas da perda de competitividade dos produtos industrializados do Brasil nos mercados da OCDE e dos demais países (exclusive Argentina), é preciso analisar a evolução dos preços relativos e das condições da oferta e demanda domésticas da indústria de transformação. Como se sabe, a taxa de câmbio real e a taxa de câmbio real e efetiva

ARTIGO

tenderam a se desvalorizar até meados de 1992, para então iniciar um processo de valorização que se agravou no final de 1994 e no começo de 1995. A relação câmbio-salário sofreu expressiva queda em todo o período entre 1991 e 1995 (para detalhes, ver por exemplo o Boletim Conjuntural do Ipea para as séries mensais sobre taxa de câmbio real, taxa de câmbio real e efetiva e relação câmbio/salário no período).

Contudo, considerando-se conjuntamente a evolução da relação câmbio-salário e os índices de produtividade da mão-de-obra na indústria de transformação, verifica-se uma substancial redução dos custos unitários do trabalho no Brasil entre 1990 e 1994 (Azevedo e Batista, 1998, Quadro 11). Comparando-se esses custos no Brasil com os mesmos custos nos Estados Unidos, constata-se uma evolução extremamente favorável ao Brasil. Tendo em vista que esses custos nos Estados Unidos tenderam a declinar relativamente aos demais países industrializados, infere-se que os custos unitários do trabalho do Brasil também tenderam a declinar relativamente a esses países no período, sobretudo em relação ao Japão e Alemanha (Azevedo e Batista, 1998, Quadro 12). Entretanto, a posição competitiva do Brasil se deteriora claramente, sobretudo em 1994 e 1995, embora na comparação com 1990 o resultado dependa da metodologia empregada no cálculo do índice no Brasil.

Não obstante a evolução favorável dos custos unitários do Brasil relativamente aos países industrializados, as exportações brasileiras de produtos industrializados perdem participação nas importações dos países da OCDE mesmo no período entre 1991 e 1993, tendo o efeito competitividade negativo o principal papel nessa perda (Azevedo e Batista, 1998). Isso sugere que as perdas brasileiras nos mercados da OCDE nesse período estiveram fundamentalmente relacionadas com a posição competitiva dos países não membros da OCDE (especialmente dos países em desenvolvimento da Ásia) que competem com o Brasil nesses mercados.

De qualquer forma, a redução nos custos unitários do Brasil contribuiu para o país aumentar sua participação nas importações mundiais de produtos industrializados até 1993, em função de ganhos tanto no mercado da Argentina como no mercado dos demais países não membros da OCDE. Ou seja, no mercado da OCDE, as exportações brasileiras perdem competitividade *vis-à-vis* os produtos de exportação dos países não membros da OCDE, mas

ganham competitividade *vis-à-vis* os produtos importados pelos países não membros da OCDE.

No período 1994/1995, além da evolução desfavorável dos custos relativos no Brasil, verifica-se um crescimento extraordinário da absorção doméstica, resultante da estabilização dos preços internos. Tendo em vista que a capacidade de produção da indústria de transformação, *grosso modo*, se manteve constante no período (Batista, 1998), as perdas de participação e de competitividade das exportações brasileiras de produtos industrializados nos mercados da OCDE e dos demais países não membros da OCDE, nesse período, estão associadas fundamentalmente ao redirecionamento da oferta para o mercado interno e para o mercado dos países do Mercosul. A valorização cambial contribuiu para aumentar a rentabilidade das vendas internas *vis-à-vis* a rentabilidade das exportações, mas dificilmente uma taxa de câmbio mais favorável poderia reverter o mencionado redirecionamento da oferta para os mercados interno e regional, tendo em vista, de um lado, as limitações da oferta doméstica e, de outro, as vantagens locacionais e as margens de preferência do mercado regional.

Bibliografia

Azevedo, J.P., e Batista, J. Chami. "A inserção das exportações brasileiras no comércio internacional de mercadorias". In: *Boletim de Conjuntura*, v. 18, n. 3, outubro 1998. Rio de Janeiro: IE/UFRJ.

_____. "Capacidade de produção da indústria de transformação 1971/1997", *Boletim de Conjuntura*, Instituto de Economia, IE/UFRJ, v.17, n.4, janeiro de 1998.

Batista, J. Chami, e Fritsch, W. "Dinâmica recente das exportações brasileiras". In Velloso, João Paulo dos Reis (coord.): *A nova inserção internacional do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1994.

Bonelli, R. "Fontes de crescimento e competitividade das exportações brasileiras na década de 1980". *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, ano VII, n. 31, abril, maio e junho de 1992.

João Pedro Wagner Azevedo é bolsista de iniciação científica do IE/UFRJ (Pibic-CNPq). Orientador: Jorge Chami Batista, professor do IE/UFRJ.

CEPAL

Parceria facilita aquisição

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas, dentre seus vários objetivos, visa a compilar, avaliar e difundir informações econômicas e sociais. O Conselho Regional de Economia/RJ firmou convênio com essa instituição, para que os leitores interessados possam consultar o catálogo, disponível na Biblioteca Eginardo Pires, e/ou adquirir publicações. O dólar do mês corrente será informado na própria biblioteca, e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal em Brasília, tel (0xx61) 321-7540 e 321-3232. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe – 1998*, 108p. U\$ 15,00.
- *Panorama de la inserción internacional – 1998*, 225p. U\$ 20,00.
- *El régimen de contratación petrolera de América Latina en la década de los noventa (Cuadernos de la Cepal, 84)*, 134p. U\$ 8,00.
- *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe – 1998*, 289p. U\$ 15,00.
- *Temas y desafíos de las políticas de población en los años noventa en América Latina y el Caribe (Cuadernos de la Cepal, 83)*, 267p. U\$ 8,00.
- *Revista de la Cepal – Número 67 – Abril de 1999*, 191p. U\$ 15,00.

Horário de funcionamento da biblioteca: segundas, quartas e sextas das 12h às 18h, terças e quintas das 11h às 17h.

JORNAL

Contrato de promoção e participação

A *Gazeta Mercantil* deseja falar com os economistas. O objetivo é oferecer-lhes a assinatura do jornal com desconto, vantagem que foi obtida graças à parceria firmada entre o Corecon-RJ e a *Gazeta Mercantil S.A.*, em contrato assinado em 14 de setembro de 1998. Pelo que prevê esta parceria, o *Jornal dos Economistas* veicula, a partir deste número, encarte anunciando as assinaturas e autoriza a *Gazeta* a distribuir exemplares de propaganda em seus eventos.

Uma das contrapartidas do acordo prevê, ainda, que o Corecon-RJ repasse para a *Gazeta Mercantil*, os nomes e os telefones dos economistas registrados na entidade, para que a oferta seja feita diretamente aos interessados.

No entanto, para que seja respeitada a privacidade de cada um, o Corecon só cederá os nomes e telefones daqueles que a isso não se opuserem.

Se você não quer ser procurado por telefone pela *Gazeta Mercantil*, comunique-se com o Corecon-RJ e seu nome será retirado da lista.

Telefone: (21) 232-8178 - das 14 às 19 horas.

COFECON

COFECON REALIZA VÍDEO SOBRE DESEMPREGO

A Comissão de Política Econômica do Cofecon distribuiu aos Conselhos Regionais de todo o país, o vídeo com o tema "Desemprego: avaliação e alternativas". A intenção do Cofecon é que os Conselhos, através da divulgação deste material, consigam estimular o debate sobre o problema em todas as regiões do país. Desemprego também foi tema da Campanha da Fraternidade no ano de 1999, realizada pela CNBB, que recebeu cópia do material como colaboração dos economistas à reflexão realizada pela Campanha.

Este é o primeiro vídeo de uma série de outros projetos que o Cofecon pretende realizar, na mesma linha de abordagem. O presente material tem duração de 40 minutos. O entrevistado é Márcio Pochmann, economista e professor da Unicamp.

Realização: Cofecon
Apoio: Sindicato dos Engenheiros do RJ

Mais informações: Home-page: www.cofecon.org.br
E-mail: cofecon@cofecon.org.br



OPORTUNIDADE

PROGRAMA QUALIDADE RIO (PQR)**Cidadania, preservação ambiental e geração de oportunidade de trabalho**

Trata-se de um programa coordenado pela Secretaria de Estado de Energia, da Indústria Naval e do Petróleo, resultado de um esforço conjunto do Governo do Estado do Rio de Janeiro com a sociedade.

A intenção é conscientizar e motivar os dirigentes de empresas, trabalhadores e consumidores sobre a importância de melhorar a qualidade e produtividade dos bens e serviços produzidos no estado, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico e o fortalecimento da cidadania.

O PQR conta ainda com coordenações regionais, denominadas "Qualis", que visam a um contínuo aperfeiçoamento no desempenho das organizações, através dos núcleos de interiorização do programa, localizados em Niterói, Campos, Macaé, Nova Friburgo, Itaperuna, Angra dos Reis e Rio de Janeiro.

O reconhecimento dos esforços das coordenações, direcionados à excelência do seu modelo de gestão, será feito através do *Prêmio Qualidade Rio* nos níveis ouro, prata e bronze.

As empresas contempladas apresentarão suas experiências em seminário anual promovido pelo PQR e o *Centro para Inovação e Competitividade (CIC)*, responsável pela operacionalização do programa. Os seminários terão abrangência estadual e serão abertos ao público.

Os critérios de avaliação utilizados para a entrega dos prêmios levarão em conta os aspectos de liderança, planejamento estratégico, foco no cliente e no mercado, informação e análise, gestão de processos, gestão de pessoas e resultados da organização.

Maiores informações:

Secretaria Executiva:

Rua da Ajuda, n. 5 - 16º andar

Centro - RJ - CEP: 20040-000

Telefax: (21) 299-4228, 299-4235 e 299-4251

qualidaderioseinpe@seinp.rj.gov.br

Operacionalização do PQRio

Centro para Inovação e Competitividade (CIC)

Tel: (021) 569-4270

Fax: (021) 569-3791

cic@visualnet.com.br

Apoio: Faperj

Furnas Centrais Elétricas S.A.

Secretaria de Estado de Energia, da Indústria Naval e do Petróleo
Governo do Estado do Rio de Janeiro

BIBLIOTECA

**ATENÇÃO!
LEITORES JE**

A biblioteca Eginardo Pires está funcionando em novo horário:

**De segunda a sexta-feira,
das 13:00h às 17:00h.**

PROMOÇÃO

A Livraria FGV está oferecendo o livro abaixo com desconto para os economistas associados.

- *Dinâmica Macroeconômica*, de Mário Henrique Simonsen, McGraw-Hill, por R\$ 10,00.

Livraria FGV - Tel. 536-9105
Praia de Botafogo, 188
Rio de Janeiro

ERRATA

No JE nº 126 saiu errado o mês dentro do jornal.

Onde se lê novembro de 1999, leia-se outubro de 1999.

FIQUE POR DENTRO

**VALOR REFERENCIAL
DE HONORÁRIOS**

O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de dezembro.

RESENHA

Código de Ética e Código Operacional de Mercado

Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto
(Andima)

No dia 22 de novembro a Andima lançou seu novo Código de Ética, totalmente reformulado, e o Código Operacional de Mercado, que reúne os procedimentos adotados pelos participantes do mercado financeiro. O material permite que as instituições financeiras brasileiras passem a dispor de meios para viver um efetivo processo de auto-regulação, de acordo com a tendência hoje predominante no mundo inteiro, especialmente nos mercados mais avançados e desenvolvidos, como o norte-americano e europeu.

O projeto de auto-regulação teve origem na reformulação do Código de Ética da Andima, criado em 1991 para auxiliar a tomada de decisão nos processos levados ao Comitê Operacional e de Ética. Entretanto, a Associação pretendia efetuar uma reformulação mais abrangente do que as alterações localizadas, feitas desde que o documento foi lançado. Assim, optou por reunir em um documento à parte as práticas comuns, hoje adotadas pelos agentes que operam no mercado financeiro. Do novo Código de Ética passaram a constar apenas os princípios que devem pautar a condução dos negócios.

Dividido em nove capítulos e seis anexos, o Código aborda temas como intermediação e negociação, critérios de cálculo e procedimentos para cruzamento, comunicação, confirmação e liquidação das operações. Um dos anexos é dedicado especificamente à padronização de cálculo referente a debêntures. O Código contém, ainda, o Cadastro do Operador, a ser alimentado e atualizado de forma eletrônica com as informações mais importantes sobre os profissionais que atuam nas mesas de operação.

Maiores informações: Andima - Av. República do Chile, 230 13º andar; tel: (21) 814-3800; home-page: www.andima.com.br; e-mail: andima@andima.com.br



CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas e títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

A construção do Terceiro Mundo – Teorias do Subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia, 643p., Joseph Love.

Preço com desconto: R\$ 25,20.

Os fluxos financeiros na América Latina – um Desafio ao Progresso, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organizad.).

Preço com desconto: R\$ 18,90.

O Que é Globalização.

Preço com desconto: R\$ 21,00.

O 18 Brumário e Cartas a Kugelman, 346p., 6ª edição, Karl Max.

Preço com desconto: R\$ 17,50.

Após 1989 – Moral, Revolução e Sociedade Civil, 289p., Ralf Dahrendorf.

Preço com desconto: R\$ 16,10.

Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado, 179p. Ruth Cardoso, Jeremy Rifkin, Rubem César Fernandes e outros.

Preço com desconto: R\$ 13,30.

Histórias Esquecidas da Ciência, 149p., Oliver Sacks, Jonatan Miller, Stephen Jay Gould, Daniel Kevles e R.C. Lewontim.

Preço com desconto: R\$ 10,50.

O Longo Amanhecer.

Preço com desconto: R\$ 9,80.

América Latina – Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).

Preço com desconto: R\$ 16,10.

Dialética Marxista, Dialética Hegeliana – a Produção Capitalista como Circulação Simples, 192p., Ruy Fausto.

Preço com desconto: R\$ 13,30.

ADVOGADO DE PLANTÃO

NOVO DIA E HORÁRIO DO PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, Sindecon e Ierj - oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas

Terças-feiras, de 16h às 18h

na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, telefone (21) 262-2535) ou na sede do Corecon (Av. Rio Branco 109, 19º andar, telefone (0 xx 21) 232-8178, de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Os remanejamentos e as janelas presentes no orçamento: como acabar com eles? Fórum inicia campanha com ajuda de personalidades cariocas. Comparação do desempenho entre as contas públicas da União e da cidade do Rio de Janeiro. Proposta regressiva do IPTU gera polêmica..

ORÇAMENTO PARA QUÊ?

Para que serve o orçamento público? Segundo o ex-controlador geral do MRJ, prof. Lino Martins da Silva, "o orçamento é um instrumento polivalente, tendo enfoques jurídico, econômico e administrativo." Nós, do Fórum Popular do Orçamento do Rio, acrescentamos o enfoque político, considerando o Orçamento como ferramenta da cidadania, pois permite tornar mais claras as opções políticas dos governantes.

Através da peça orçamentária, podemos identificar quantos recursos públicos serão oriundos dos impostos, dos empréstimos, de convênios etc. Por outro lado, qual será a destinação para a escola pública, para o hospital, para as obras faraônicas e para o pagamento do funcionalismo, por exemplo. Entretanto, esse instrumento polivalente está servindo, na prática, mais para obscurecer do que esclarecer as ações governamentais. Vejamos a proposta orçamentária para o exercício de 2000, que contém as seguintes dotações: pavimentação e drenagem em diversos logradouros, R\$ 1.000,00; obras no autódromo, R\$ 1.000,00; drenagem e saneamento em diversos logradouros, R\$ 1.000,00; túnel Leblon - S. Conrado, R\$ 1.000,00; construção e reforma de creches, R\$ 1,00; reforma do palacete Princesa Isabel, R\$ 3,00; contenção de encostas nas escolas, R\$ 1,00, etc. O escamoteamento pode ser considerado mais grave se levarmos em conta que parte dessas janelas orçamentárias servirão para pagar despesas dos exercícios anteriores, "legalizando" as alterações dos Orçamentos passados.

A fundamentação legal para a existência dessas fraudes orçamentárias se encontra nos artigos 8º da citada proposta, onde o prefeito solicita ao Poder Legislativo uma prévia autorização para poder remanejar até 25% do total do Orçamento, ou seja, mais de R\$ 1,1 bilhão. O poder de remanejar, nesses níveis, distorce e disfarça o perfil de um orçamento, já que pode, independentemente da Câmara Municipal, anular ou criar um novo projeto. Na prática, significa a redefinição das prioridades apontadas na lei orçamentária. Este poder, longe de ser utilizado para atenuar as péssimas condições de vida desta cidade, é usado para reorientar vários Programas de Trabalho (PT) de forma indiscriminada, conforme se demonstra na execução orçamentária deste ano que mais de 150 PTs foram alteradas em 40%. ou mais. O conteúdo político também é vislumbrado em outra óptica, na qual os PTs oriundos de emendas legislativas foram suprimidos ou muito alterados. Cabe ressaltar que a autoria das emendas é de vários partidos.

Dessa forma, como acreditar nas palavras do prefeito Conde ao dizer: "Ao contrário dos orçamentos passados, este é um orçamento real - de execução e não de ficção -, sem rolagem da dívida, sem emissão de títulos, onde se sabe exatamente o que será arrecadado e o que se tem de pagar". Isso foi publicado na mídia, em outubro deste ano? Ao contrário do que disse o prefeito, a superintendente de Orçamento do município, dr.^a Josélia Castro, afirmou: "Na realidade, não é importante gastar 99,9% de um orçamento inicialmente estimado" (proferidas em audiência pública em 19 de novembro de 1999), Suas palavras sinalizam que o Orçamento continua sendo tratado como uma peça de ficção, servindo apenas como sustentáculo jurídico para os gastos governamentais. Infelizmente.

Para o Fórum Popular do Orçamento do Rio, a lei orçamentária é a expressão monetária do planejamento governamental. E um planejamento eficiente é eficaz necessita de uma capacidade de ajustamento para corrigir-se e adaptar-se, frente a uma realidade mutável. A Constituição Federal, em consonância com este conceito, determina que o Poder Executivo pode pedir - e o Poder Legislativo, conceder - a abertura de créditos suplementares para corrigir uma parte do Orçamento que tenha sido mal prevista. Nada mais justo e natural. Mas, não nos níveis propostos! Por conseguinte, estamos propondo à Câmara Municipal uma emenda limitando a margem de remanejamento para abortar o esquema acima descrito.

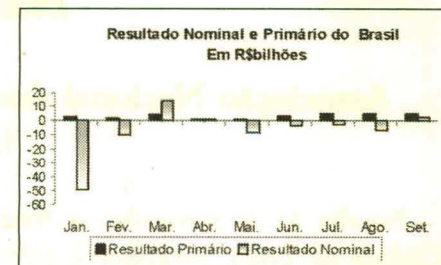
CAMPANHA DO FÓRUM PARA DEMOCRATIZAR O ORÇAMENTO CARIOCA

O Fórum Popular do Orçamento entregou ao prefeito Luiz Paulo Conde, há três meses, uma proposta para democratizar o processo orçamentário da cidade do Rio de Janeiro. A proposta procura contemplar: a necessidade de entendimento do processo orçamentário pela população, o que exige a utilização de métodos simplificados de explicação; o tempo disponível para a execução no presente exercício; o respeito à legislação vigente; o acesso democrático universal; a viabilidade operacional; o custo reduzido; a participação do Poder Legislativo e as condições políticas para a aceitação da mesma. O prefeito, porém, não deu resposta até o momento.

Dessa forma, o Fórum iniciou uma campanha para a democratização do orçamento da cidade. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o dr. Barbosa Lima Sobrinho, o ator e compositor Mário Lago, o cartunista Chico Caruso, o economista e vice-presidente do Conselho Regional de Economia/RJ, Reinaldo Gonçalves, o padre Clodovis Boff e o teatrólogo e dramaturgo Augusto Boal já estão dando total apoio à proposta.

Assim sendo, continuamos procurando o apoio de todos para que nossa proposta se torne cada vez mais legítima e possa representar de fato toda a sociedade do Rio de Janeiro.

COMPARAÇÃO ENTRE AS CONTAS PÚBLICAS BRASILEIRAS E CARIOCAS



As contas cariocas fecharam o mês de outubro com um resultado primário (receitas menos despesas) superavitário de R\$ 228,9 milhões. Este resultado, apesar de positivo, teve uma redução em relação ao mês de julho, quando foi atingido o valor de R\$ 257 milhões. Isto se deve ao déficit que ocorreu no mês de agosto, de R\$ 37,9 milhões. O resultado nominal ficou em R\$ 228,8 milhões, onde se inclui o pagamento da dívida, com correção monetária e cambial. Os encargos financeiros líquidos no mês do outubro ficaram em R\$ 32 milhões, significando que neste mês o somatório da remuneração das disponibilidades financeiras e operações de crédito excederam os encargos com a dívida. O encargo financeiro líquido do município está acumulado em R\$ 65 milhões no mês de outubro, demonstrando que na verdade estamos em uma situação de saída líquida de recursos.

As contas nacionais também encontram-se em uma situação de superávit primário de R\$ 30,6 bilhões. O que está chamando atenção é o resultado do mês de setembro, que ficou em R\$ 5,4 bilhões. Este foi o melhor resultado desde o início do ano. De acordo com o *Jornal do Brasil*, é o maior da década de 1990. O resultado nominal está com um valor acumulado (negativo) de R\$ 61 bilhões, o que equivale a um déficit de 11,89% do PIB. Parte deste déficit se deve à desvalorização do real frente ao dólar, pois o Brasil perdeu com as dívidas pagas em dólar.

IPTU: ROBIN HOOD ÀS AVESSAS

Desde seu primeiro ano de governo, em 1997, o prefeito Luiz Paulo Conde tenta implantar a alíquota única no IPTU. Neste ano, Conde conseguiu reunir todos os seus objetivos político/eleitorais (maior número de imóveis isentos), ideológicos (diminuir o imposto para proprietários dos maiores imóveis) e de arrecadação (apenas cerca de 4% a menos) e possibilitar a implantação do IPTU com sistema de alíquota única no município.

Sem a diferenciação de alíquotas, serão beneficiados os imóveis residenciais acima de 300m², terrenos acima de 100m² e imóveis comerciais acima de 150m². Além disso, os imóveis da orla marítima terão a mesma alíquota dos demais imóveis da cidade. Esses dados mostram que a parte mais rica da sociedade será privilegiada, pois são as detentoras dos melhores e maiores imóveis do Rio de Janeiro. Por outro lado, haverá um aumento de 100% dos imóveis isentos de IPTU. Se até este ano 300 mil imóveis não pagavam o imposto, a partir deste ano serão 600 mil. Todos os imóveis de até 100m², com baixo valor de mercado, estarão isentos do imposto, satisfazendo o conteúdo demagógico e ao mesmo tempo dificultando o exercício pleno da cidadania, pois pagar imposto é dever do cidadão, o que, ademais, estimula a fiscalização e cobrança sobre o poder público, que é um direito.

A medida é retrógrada, já que iguala contribuintes diferentes. A diferenciação de alíquotas gera um IPTU progressivo, pois trata cada contribuinte com suas devidas particularidades: o local onde mora, os serviços aos quais o contribuinte tem acesso e o valor do imóvel. Com a alíquota única, só será importante o valor venal do imóvel, agravando as desigualdades sociais existentes.

Em tempo: no Orçamento previsto para o ano 2000 não há nenhum tipo de mudança na arrecadação do IPTU, dizendo-se apenas que este teria correção monetária, aumentando a arrecadação em relação ao previsto para 1999.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do Fórum Popular do Orçamento acontecem sempre às quintas-feiras, às 17 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

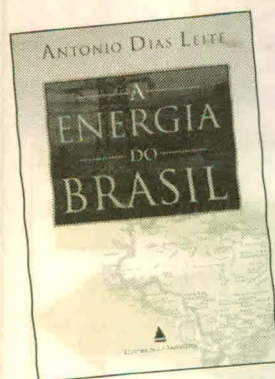
Corecon: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ

CEP 20054-900 - Tel. (21) 232-8178 - Fax (21) 509-8121

E-mail: coreconrj@ax.apc.org • Home page: <http://www.economistas.com.br>

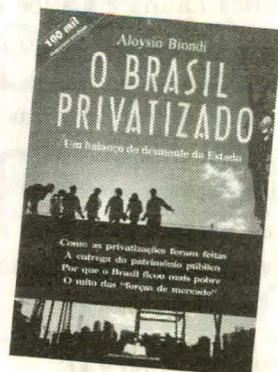
A/C do conselheiro Luiz Mario ou das estagiárias Louise Viana, Mirelli Malaguti e Fernanda Ricardo.

ABRE ASPAS



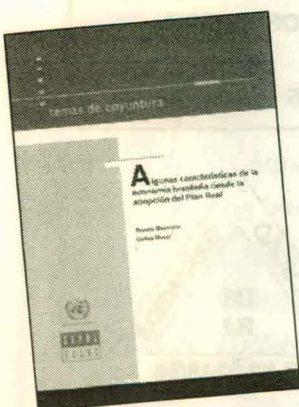
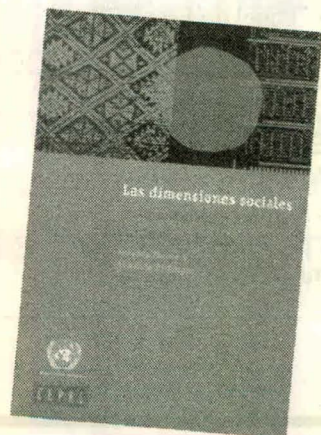
"A ENERGIA DO BRASIL" de Antonio Dias Leite. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1997. A obra apresenta uma visão panorâmica da evolução histórica da economia e da política de energia no Brasil e das estratégias de aproveitamento dos recursos nacionais neste século XX. Nessa abordagem retrospectiva, o autor procura estabelecer paralelos e divergências entre as decisões políticas simultâneas, relativas a cada um dos domínios de energia, situando-as no contexto da evolução macroeconômica do país. A obra contém, ainda, documentos inéditos que ajudam a esclarecer certos períodos da política interna e externa do país. O autor possui um extenso currículo como homem público e profissional liberal. Entre algumas funções exercidas por Antonio Dias Leite, podemos citar: coordenador da equipe de fundação da FGV, professor emérito da UFRJ, coordenador da constituição da Aracruz, presidente da Cia. Vale do Rio Doce, ministro das Minas e Energia. Informações na Editora Nova Fronteira: (021) 537-8770.

O BRASIL PRIVATIZADO - UM BALANÇO DO DESMONTE DO ESTADO, de Aloysio Biondi. Editora Fundação Perseu Abramo, julho de 1999. O autor deste livro, de linguagem acessível e tipicamente jornalística, relata e ao mesmo tempo denuncia as verdades e mentiras do processo de privatizações experimentado nesses últimos tempos no Brasil. Como as privatizações foram feitas. A entrega do patrimônio público. Por que o Brasil ficou mais pobre. O mito das "forças de mercado" são questões destacadas na capa do livro, assim como: "Compre você também uma empresa pública, um banco, uma ferrovia, uma rodovia, um porto etc. O governo vende baratíssimo. Ou pode até doar." A obra já vendeu mais de 100 mil exemplares. As fontes consultadas, para os dados e informações utilizados no livro, foram extraídos do noticiário dos jornais: *Folha de S. Paulo*, *Gazeta Mercantil*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, além de artigos do BNDES, AEPET e outros. Informações na Editora Fundação Perseu Abramo: (011) 571-4299. E-mail: editora@fpabramo.org.br.



ESTUDIO ECONOMICO DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE 1998-1999 - CEPAL. Trata-se de um documento preparado anualmente pela Divisão de Desenvolvimento Econômico com a colaboração da Divisão de Estatística e Projeções Econômicas das Sedes Subregionais e das Oficinas Nacionais da Cepal. A principal responsável pelo estudo é Bárbara Stallings, diretora da Divisão de Desenvolvimento Econômico. A coordenação técnica é de Hubert Escaith. Os temas regionais foram trabalhados por especialistas em política macroeconômica, reformas estruturais, nível de atividade e inflação, emprego e salários, comércio exterior, fluxos de capital, etc. As notas de conjuntura econômica se baseiam em estudos realizados por especialistas do Brasil e de praticamente de todos os países da América Latina. O documento apresenta também informações estatísticas e indicadores. As bases de dados utilizadas para as contas nacionais são de responsabilidade da Divisão de Estatística e Projeções Econômicas. Informações por E-mail: www.cepal.org e www.cepal.cl.

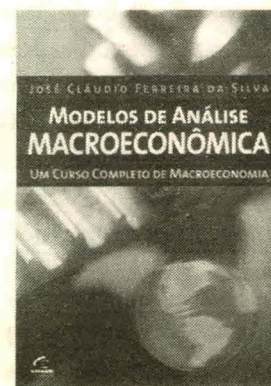
LAS DIMENSIONES SOCIALES DE LA INTEGRACIÓN REGIONAL EN AMÉRICA LATINA, Rolando Franco y Armando Di Filippo (orgs.), Cepal, Santiago do Chile, 1999. Publicação das Nações Unidas. A obra pretende ir mais além do auge dos processos de integração regional, tanto no âmbito mundial como no latino-americano. O tema é abordado através das dimensões socioeconômica, política e cultural. A dimensão socioeconômica se refere à integração dos mercados e ao seu impacto no âmbito laboral. A dimensão política aponta o papel Estado-nação e a vigência de regimes democráticos como condição para pertencer às áreas de integração, e a disposição de compartilhar âmbitos de soberania, na medida em que a integração se aprofunda. A dimensão cultural se associa com os temas da identidade nacional, dos sistemas de valores e da participação em um conjunto estruturado de usos e costumes. O tema da integração regional é uma antiga preocupação da Cepal. Este é um livro que aprofunda as dimensões sociais e culturais do processo, além de ampliar e dar continuidade ao desenvolvimento desta linha de trabalho. Informações por E-mail: www.eclac.cl.



"ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DE LA ECONOMÍA BRASILEÑA DESDE LA ADOPCIÓN DEL PLAN REAL", *Série; temas de coyuntura* - Cepal, Nações Unidas; Santiago do Chile, setembro de 1999. Autores: Renato Baumann, diretor do escritório da Cepal em Brasília, e Carlos Mussi, oficial de assuntos econômicos do mesmo escritório. No documento se examinam os principais resultados do plano de estabilização aplicado no Brasil, desde sua adoção em julho de 1994. Depois de analisar o desempenho da economia no período anterior à implantação do Plano Real, descrevem-se as medidas e mudanças observados posteriormente: o nível de atividade, as contas externas, os principais indicadores de renda, o processo de privatização e as políticas monetárias e fiscal. A última parte do documento contém um resumo dos resultados econômicos registrados no primeiro semestre de 1999, e no anexo se apresenta uma resenha dos compromissos assumidos pelo Brasil com o Fundo Monetário Internacional. Informações por E-mail: www.cepal.org.

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Campus está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



Modelos de Análise Macroeconômica,

Ferreira da Silva.

De: R\$ 42,00 Por: R\$ 29,40

- *Uma nova Recessão: o que deu errado?* Krugman. De: R\$ 31,00 Por: R\$ 21,70
- *Globalização e Globobagens*, Krugman. De: R\$ 34,00 Por: R\$ 23,80
- *Introdução à Economia*, Mankiw. De: R\$ 79,00 Por: R\$ 55,30
- *Fundamentos da Moderna Administração Financeira*, Brigham. De: R\$ 65,00 Por: R\$ 45,50
- *Sucesso, Dummies*. De: R\$ 44,00 Por: R\$ 30,80
- *A Crise do Capitalismo*, George Soros. De: R\$ 33,50 Por: R\$ 23,45
- *A Riqueza e a Pobreza das Nações*, Landes. De: R\$ 68,50 Por: R\$ 47,95
- *Macroeconomia Moderna*, De Paula. De: R\$ 39,00 Por: 27,30
- *Macroeconomia: Teoria Política e Econômica*, Blanchard. De: R\$ 69,00 Por: R\$ 48,30

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento: segundas, quartas e sextas, das 12h às 18h;

terças e quintas, das 11h às 17h. Telefone: (21) 232-8178

ENCONTRO

II Encontro Internacional sobre Globalização e Problemas de Desenvolvimento

Palácio das Convenções,
de 24 a 29 de janeiro de 2000

A Associação de Economistas da América Latina e Caribe e a Associação Nacional de Economistas de Cuba estão organizando o evento. O objetivo é promover o debate sobre as atuais tendências da economia mundial no contexto da globalização, desde as mais diversas perspectivas teóricas e analíticas, requisito indispensável para formular alternativas que contribuam para superar os problemas existentes. O evento contará com a presença das mais destacadas personalidades das ciências econômicas de todo o mundo, incluindo representantes de organismos internacionais.

TEMA 1: A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

Impacto nas condições socioeconômicas nacionais, regionais e mundiais.

- Conjuntura e cenários previsíveis. Crise econômica globalizada?
- Política econômica, mercado de trabalho e distribuição de renda.
- Sustentabilidade do modelo atual.

TEMA 2: OS FLUXOS FINANCEIROS E SEU PAPEL NA ECONOMIA MUNDIAL. O COMÉRCIO E A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA. REESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- Liberalização, regulação da economia mundial contemporânea.
- Dívida externa. Estado atual e mecanismos aplicados em seu tratamento.
- Perspectivas de integração e a cooperação econômica internacional.
- Papel dos organismos internacionais.

TEMA 3: ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO EM NÍVEL NACIONAL, REGIONAL E MUNDIAL

- Oportunidades e ameaças da globalização.
- Principais agentes do desenvolvimento. Papel do Estado.
- Identidades culturais. Desenvolvimento e globalização.
- Política educacional e mudança tecnológica.

Informações: Asociación Nacional de Economistas de Cuba
Calle 22 esquina a 9na. No 901
Municipio Playa, Ciudad Habana, Cuba
Fax: (537) 22-3456
E-mail: anec@info.get.cma.net

CD ROM

CD-ROM "ORIENTADOR ADVISER"

O IBBE/IBBA - Índice Brasileiro de Bibliografia, Economia e Administração - 1999

Organizado pelo prof. Dércio Garcia Munhoz, encontra-se à venda na Biblioteca do Corecon/RJ, ao custo de R\$ 59,90. O Índice apresenta referências bibliográficas de artigos de revistas especializadas ou coletâneas, livros, dissertações e teses de mestrado e doutorado. Cita publicações com estatísticas econômicas, legislação de política econômica e dá outras informações, como cursos em várias entidades brasileiras. Maiores informações pelo tel: (21) 232-8178 com Esther - Biblioteca do Corecon/RJ.



IMPORTANTE

ATENÇÃO ECONOMISTAS!

Prezados Colegas,

Estamos preparando nosso sistema cadastral para evitar o "bug do milênio". Infelizmente, por problemas de conversão para o novo sistema, foram emitidas indevidamente algumas guias de cobrança. Nesse caso, solicitamos desconsiderá-las. Lamentamos o equívoco e pedimos desculpas pelo ocorrido, pois estamos trabalhando para aprimorar o novo cadastro. (Secretaria de Fiscalização e Registro)

IMPORTANTE

ATENÇÃO! RECESSO NO CORECON-RJ

Informamos que no período de 02 a 10 de janeiro de 2000, estaremos em recesso por motivo de dedetização das instalações do Corecon/RJ. Voltaremos às nossas atividades a partir de 11 de janeiro de 2000.

JORNAL DOS ECONOMISTAS

CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

IMPRESSO

Entregue aos Correios até 13.12.99

PORTE PAGO

DR/RJ
ISR 52.2246/86

